

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA  
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS  
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA  
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA  
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE  
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES  
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL  
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA  
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO  
OUVIDOR GERAL

### COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 002/2014

#### DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - Presidente

DEPUTADA AURELINA MEDEIROS

DEPUTADO IONILSON SAMPAIO

DEPUTADA ÂNGELA ÁGUIDA PORTELLA

DEPUTADO JALSER RENIER

DEPUTADO BRITO BEZERRA

DEPUTADO JEAN FRANK

DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA

DEPUTADO MARCELO CABRAL

DEPUTADO ERCI DE MORAES

DEPUTADO NALDO DA LOTERIAL

DEPUTADO GABRIEL PICANÇO

DEPUTADO REMÍDIO MONAI

DEPUTADO GEORGE MELO

#### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO  
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA  
Diagramação

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

#### Atos Administrativos

Diretoria de Gestão de Pessoas - Errata 02  
Resoluções de Afastamentos nº 010 e 011/2014 02

#### Atos Legislativos

Projeto de Lei nº 007/2014 02  
Proposta de Moção de Pesar nº 001/2014 02  
Proposta de Moção de Aplausos nº 002/2014 02  
Proposta de Moção de Pesar nº 003/2014 02  
Ata da 2276ª Sessão Ordinária - Sucinta 02  
Ata da 2271ª Sessão Ordinária - Íntegra 04  
Ata da 2273ª Sessão Ordinária - Íntegra 08  
Ata da 645ª Sessão Extraordinária 15

#### SUMÁRIO

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES**
**ERRATA**

**RETIFICAMOS**, na seção **ATOS ADMINISTRATIVOS**, publicados em Diário da Assembleia incorreções a serem sanadas, referentes aos cargos comissionados dos servidores.

NOME	EXERCÍCIO		RESOLUÇÃO		PUBLICAÇÃO	
	Onde se lê	Leia-se	Onde se lê	Leia-se	Edição	Data
Amanda Cristina Cesar Medeiros	Assist. Parl. AS-IV	Assist. Esp. MD AE-III	Nº 092/13	Nº092/13	1517	15/02/2013
Cleomar Cirqueira Mesquita	Assist. Parl. AS-II	Assist. Esp. MD AE-I	Nº024/13	Nº024/13	1517	15/02/2013
Deuzinete Araujo Santana	Assist. Parl. AS-II	Assist. Esp. MD AE-I	Nº 093/12	Nº093/13	1517	15/02/2013
Erick Anderson Claudio Amaral	Assist. Parl. AS-IV	Assist. Esp. MD AE-III	Nº 093/12	Nº093/13	1517	15/02/2013
Ivanir Terezinha dos Santos	Aux. Esp. MD AU-IV	Aux. Esp. MD AU-III	Nº1244/12	Nº1244/12	1439	15/10/2012
José Nilton Matias Lima	Função Grat. FG-8	Assist. Esp. MD AE-III	Nº433/11	Nº433/11	1030	26/01/2011
Maria do Carmo Silva Costa	Assist. Parl. AS-II	Assist. Esp. MD AE-I	Nº 093/12	Nº093/13	1517	15/02/2013
Maria Ferreira da Silva	Assist. Parl. AS-IV	Assist. Esp. MD AE-III	Nº746/13	Nº746/13	1650	03/09/2013
Maria Raimunda Tavares Garcia	Assist. Parl. AS-III	Assist. Esp. MD AE-II	Nº 591/13	Nº591/13	1599	19/06/2013
Rayane Bruce do Nascimento	Auxiliar Parl. AU-II	Auxiliar Esp. MD AU-III	Nº591/13	Nº591/13	1599	19/06/2013
Rychael Vasconcelos do Nascimento	Assist. Parl. AS-IV	Assist. Esp. MD AE-III	Nº 094/13	Nº094/13	1517	15/02/2013
Rimatia Queiroz	Assist. Esp. MD AE-I	Assist. Esp. MD AE-II	Nº 1283/12	Nº1283/12	1451	31/10/2012

**Benvinda Thomé Avelino**  
 Diretora de Gestão de Pessoas

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS**
**RESOLUÇÃO Nº 010/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO** para viajar com destino a cidade de Manaus -AM, no período de 14.01 a 20.01.2014, com a finalidade de realizar visita junto à Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 13 de janeiro de 2014

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 011/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **MARLEN MENDES LIMA**, Matrícula 009130 para viajar com destino aos municípios de São Luiz do Anauá e São João da Baliza, no período de 13.01 a 17.01.2014, com a finalidade de prestar assessoramento às Câmaras Municipais daqueles municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 13 de janeiro de 2014

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

**ATOS LEGISLATIVOS**
**PROJETOS DE LEIS**
**PROJETO DE LEI Nº 007 DE 9 DE JANEIRO DE 2014**

**“Dispõe sobre a Política de Regularização Fundiária Rural do Estado de Roraima e dá outras providências”.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:**

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 9 de janeiro de 2014.

**JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR**

Governador do Estado de Roraima

*\* Projeto de Lei encaminhado através da MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 057 DE 17 DE OUTUBRO DE 2013, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 2142, de 21/10/2013 e restituído à ALE/RR, com readequações técnicas, através do Ofício nº 004/2014/Gab. Gov., de 09 de janeiro de 2014.*

**PROPOSTAS DE MOÇÕES**

**PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 001/14**  
**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA** faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

- **Moção de Pesar** aos familiares do Senhor **Juvenal João Mayer**, sogro do Deputado Zé Reinaldo, ocorrido no dia 09 do corrente, nesta cidade de Boa Vista.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos familiares do Senhor **Juvenal João Mayer**.

Desejamos que o mesmo seja acolhido pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 09 de janeiro de 2014.

**ERCI DE MORAES**

Deputado Estadual

**PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 002/2014**  
**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA** faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

- **Moção de Aplausos** pela passagem do Dia do Fotógrafo, ocorrida no dia 08 de janeiro do corrente ano.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público aplaudir os profissionais fotógrafos pelo dia dedicado em sua homenagem, 8 de janeiro.

Desejamos que esses profissionais sejam lembrados sempre pelo que fazem e pelos registros que deixam como marcas de seus trabalhos, para toda a sociedade.

Palácio Antônio Augusto Martins, 09 de janeiro de 2014.

**BRITO BEZERRA**

Deputado Estadual

**PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 003/2014**  
**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA** faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

- **Moção de Pesar** aos familiares do Senhor **Samuel Souza**, avô materno do Defensor Público-Geral Dr. Stélio Denner, ocorrido no dia 09 do corrente, nesta cidade de Boa Vista.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos familiares do Senhor **Samuel Souza**.

Desejamos que o mesmo seja acolhido pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 09 de janeiro de 2014.

**ERCI DE MORAES**

Deputado Estadual

**ATAS SESSÕES PLENÁRIAS - SUCINTAS**

**ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.**

Às nove horas do dia oito de janeiro de dois mil e quatorze, no Plenarinho desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima septuagésima

sexta Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O Senhor Presidente em exercício, Deputado **Chicão da Silveira**, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Chico Guerra**, proceder à verificação de quórum. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remido Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Ofício nº 001/14, de 07/01/14, do Governador do Estado de Roraima, restituindo o Projeto de Lei Complementar Substitutivo que dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº55, de 31/12/01, referente à Mensagem Governamental nº063 de 08/11/13, com as devidas readequações técnicas por parte do Governo Estadual. Ofício nº 002/14, de 08/01/13, do Governador do Estado de Roraima, restituindo o Projeto de Lei Complementar substitutivo que dispõe sobre alteração na Lei Complementar nº55, de 31/12/01, referente à Mensagem Governamental nº 036, de 24/06/10, com as devidas readequações técnicas por parte do Governo Estadual. Mensagem Governamental nº 003/13, de 06/01/14, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando para apreciação os Projetos de Lei nº 002/14, que “Aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária de Apoio a Gestão Integrada – SEAGI”; Projeto de Lei nº 003/14, que “Aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária de Projetos Especiais – SEPEP”; projeto de Lei nº 004/14, que “Aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária da Pesca e Aquicultura – SEPESCA” e Projeto de lei nº 005/14, que “Aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos Internacionais”. Mensagem Governamental nº 002/14, de 07/01/14, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando para apreciação desta Casa o Projeto de Lei nº 006/14, que “Institui o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Roraima CEDM/RR e dá outras providências e o Projeto de Lei Complementar nº 003/14, de 07/01/14 que “Dispõe sobre o Sistema Remuneratório dos Militares do Estado de Roraima por meio de subsídios e dá outras providências”. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Requerimento s/nº /13, de 06/01/14, da Comissão Especial Interna criada nos termos da Resolução nº 021/13, informando que a Comissão Especial Externa, tornou-se extinta. **DIVERSOS:** Ofício Circular nº74/13, de 02/12/13, da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicamos a transferência de recursos ao Fundo Estadual de Assistência Social destinado ao Custeio das ações e Serviço Socio-assistenciais de caráter contínuo. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** iniciou seu discurso, manifestando preocupação com a falta de tempo para se discutir projetos de grande relevância. Segundo o Senhor Parlamentar, o Governo tem enviado os projetos em caráter de urgência, dificultando, assim, o debate com as categorias interessadas. Em seguida, reconheceu a luta dos policiais e bombeiros militares estaduais, os quais, apesar das inúmeras ações na tentativa de valorização das categorias, teriam tido, segundo o Senhor Deputado, perda salarial de, aproximadamente, 47% nos últimos nove anos. Em seguida, afirmou que esses profissionais esperam o devido reconhecimento do Poder Legislativo com a aprovação da Lei de Remuneração por Subsídio, a qual não só corrigiria a perda salarial como também proporcionaria vencimentos dignos para policiais na reserva ou reformados, os quais, juntamente com suas famílias, teriam dignidade. De acordo com o Senhor Parlamentar, apesar de o Governo, em sua política equivocada, não estar tratando os militares como uma de suas prioridades, a classe foi eleita como a mais honesta do País, em uma demonstração de competência e responsabilidade no desempenho da função. Dando continuidade, enfatizou que, mesmo sendo favorável a UGAM e ao ganho real - que chegará em torno de 33% - dado aos Coronéis da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, não poderá aceitar a injustiça que está sendo cometida. Prosseguindo, informou que serão dados cerca de seis milhões de reais em promoções aos Delegados, enquanto que aos soldados e cabos da polícia militar, apenas trezentos e vinte e dois reais de acréscimo salarial. Concluiu seu pronunciamento ao informar que estará disponibilizando uma emenda de dois milhões de reais à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros para que invistam na valorização da categoria. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** iniciou sua fala discordando do Pronunciamento do Senhor Deputado Soldado Sampaio, que, com um discurso demagogo, teria buscado desconstruir o momento histórico pelo qual passa a Polícia Militar e Civil, assim como o Corpo de Bombeiros. Afirmou que o Projeto de Subsídio das Polícias levou alguns anos para ser elaborado, mas foi feito por uma equipe comprometida com essas instituições, tanto que acrescenta vários benefícios, dentre eles, o aumento real de salário em serviços voluntários, auxílio fardamento e ajuda de custo para qualificação que, em sua opinião, isso só foi possível com muito trabalho e articulação política. Continuando, informou que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros até hoje não tinham gratificação

de função de direção e de comandos de unidades, as quais vão atender além de Oficiais, Comandantes de Destacamentos e de Rádio Patrulha. Concluiu, solicitando à Mesa Diretora discussão da referida matéria ainda hoje, por ser uma forma de reconhecimento desses servidores e, portanto, de interesse coletivo. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** primeiramente cumprimentou os Policiais e Bombeiros Militares, que se encontravam nesta Casa pleiteando o Plano de Cargos e Carreiras da categoria, ressaltando que eles que merecem o respeito dos parlamentares, bem como remunerações dignas. Em seguida, parabenizou o Deputado Soldado Sampaio pela dedicação em favor de tais profissionais e de toda a classe trabalhista. Prosseguindo, comentou a devolução, por inoperância do Governo do Estado, de quatro milhões de reais referentes ao convênio entre o Governo Federal e a Agência de Defesa Animal - ADERR. Continuando, o Senhor Deputado informou que está sendo divulgada uma notícia enganosa aos produtores rurais, garantindo que eles podem pegar a GTA, sem a necessidade de quarentena, o que não procede, pois essa é uma exigência feita pela Agência de Defesa do Estado do Amazonas, onde 100 caminhões com bois deixaram de entrar por não cumprir a norma. Segundo o Senhor Deputado, esses produtores estão tendo prejuízos, pois vêm para a cidade, mas não conseguem transportar seu gado. Desta forma, reforçou o pedido ao Governo para divulgar a notícia real da quarentena dos animais, os quais deveriam estar sendo comercializados, sem essa barreira, no Amazonas. Ainda sobre o setor produtivo, o Senhor Parlamentar afirmou ser necessário criar um arranjo de produção forte para que se possa produzir e comercializar os produtos no Estado, a fim de melhorar a economia local. Finalizou, dizendo que votará a favor de projetos, de qualquer categoria, que cheguem a esta Casa com finalidade de melhoria salarial dos servidores. O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** iniciou, manifestando satisfação em poder fazer parte deste momento histórico no Estado, onde importantes categorias estão tendo seus direitos constitucionais reconhecidos pelo Governo do Estado e por esta Casa. Continuando, ressaltou a importância do trabalho realizado pelos Deputados Soldado Sampaio e Coronel Chagas em prol da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros. De acordo com o Senhor Deputado, as referidas categorias devem reconhecer que para garantir seus direitos é necessário ter um Governador responsável e comprometido com o povo. Como também, um Legislativo preocupado em aprovar projetos que venham desenvolver o Estado e beneficiar as categorias que lutam por melhorias. Finalizou, afirmando que os Parlamentares estão prontos para votar as Mensagens Governamentais que forem enviadas a esta Casa. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** iniciou afirmando que ao se aproximar o final do período Legislativo a Casa tem tentado desobstruir a pauta e votar projetos de grande importância para o Estado. No entanto, Segundo o Senhor Deputado, a ação deve se pautar em criteriosos estudos, impedindo que projetos ainda não maturados sejam aprovados de forma a trazer prejuízos à sociedade. Em seguida, ressaltou que, apesar de o Poder Legislativo ter a maioria de sua base aliada ao Governo, o Parlamentar tem o livre arbítrio de aprovar ou não determinados projetos, o que, de acordo com o Senhor Parlamentar, o leva a agir com responsabilidade e cautela na tentativa de cumprir com o seu dever. Prosseguindo, informou que enquanto for dado aumento substancial a determinadas categorias, o Estado deixará de investir na agricultura, que é sua vocação, e continuará com dificuldades em vencer os obstáculos para gerar renda suficiente e atender as reivindicações de todas as categorias. Finalizou, ressaltando que sua postura será de absoluta prudência, visando fazer jus ao juramento feito como parlamentar, em defender, acima de tudo, os interesses do Estado. O Senhor Deputado **Jânio Xingú** iniciou informando que há anos vem trabalhando juntamente com o Sindicato dos Policiais para que esse dia chegasse e a referida categoria pudesse receber sua promoção, ressaltando que a Justiça já lhes concedeu esse direito. Prosseguindo, afirmou que votará a favor da UGAM e sugeriu ao Senhor Governador para que, junto com a aprovação da UGAM, seja extinta a Secretaria de Segurança Pública, uma vez que será criada uma Secretaria dentro de outra e sobrecarregará a folha de pagamento. Finalizou, conclamando os demais pares para que seja votado o Projeto que beneficia as nove categorias da Polícia Civil e em seguida o Projeto dos Bombeiros, a UGAM e a extinção da Secretaria de Segurança Pública. O Senhor Deputado **Ivo Som** iniciou dando boas-vindas aos Policiais e Bombeiros Militares que estão nesta Casa pleiteando a aprovação do Plano de Cargos e Salários da categoria. Em seguida, parabenizou o Deputado Soldado Sampaio pela luta em favor desses profissionais e de toda a sociedade boa-vistense, porém, ao mesmo tempo, reprovou-o quanto à crítica feita ao Governador, que, em sua opinião, tem feito tudo por este Estado. Inclusive, segundo o Senhor Parlamentar, o Governador fez um sacrifício enorme para não desequilibrar o orçamento e não ultrapassar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Prosseguindo, destacou alguns projetos importantes que estão sendo discutidos, em especial, o projeto dos Policiais Civis e Militares. Finalizou, afirmando nunca ter votado em projeto que fosse contra a sociedade e apelou a todos os seus Pares que sejam unânimes nessa mesma atitude. **ORDEM**

**DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/13, que “Declara de utilidade pública a Colônia de Pescadores Z1 de Roraima, e dá outras providências”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; do Projeto de Lei nº 032/13, que “Altera o Art. 2º, da Lei nº 206, de 15 de junho de 1998, que “Dispõe sobre a regulamentação dos concursos públicos para provimento de cargos ou empregos públicos no Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria governamental; do Projeto de Lei nº 073/13, que “Altera o padrão de referência inicial dos cargos de eletrotécnico, topógrafo e técnicos em edificação, eletrônica, agrimensura, estrada, mecânica, laboratório de solo, refrigeração, segurança do trabalho, e telecomunicações, integrantes do quadro geral de pessoal do Poder Executivo do Estado de Roraima, regidos pela Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003”, de autoria governamental. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, pudesse analisar e emitir Parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 014/13; Requerimento nº 99/13, requerendo a prorrogação de prazo para o seu funcionamento, por igual período da Comissão Especial Interna, criada nos termos da Resolução nº 039/13, “Para analisar e dar Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/13” e Requerimento nº 100/13, requerendo a prorrogação de prazo para seu funcionamento, por igual período da Comissão Especial Interna criada nos termos da Resolução nº 024/12 “Para analisar e dar Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 005/12”. Após, o tempo necessário o Senhor Presidente reabriu a Sessão, solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura de Requerimento nº 099/13. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura de Requerimento nº 100/13. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/13, bem como, do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. Colocado em discussão e votação, o projeto foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes. Em seguida, o Senhor Presidente, convidou a Deputada Aurelina Medeiros para assumir a Presidência dos trabalhos. Continuando, a Senhora Presidente, Deputada **Aurelina Medeiros**, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 073/13. Colocado em discussão e votação o projeto foi aprovado com emenda, por unanimidades dos Deputados presentes. Após, a Senhora Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 032/13. Colocado em discussão e votação, o projeto foi rejeitado por unanimidades dos Deputados presentes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** informou ao Deputado Ivo Som que não quer causar polêmica, mas tem informações de que houve no orçamento de 2013, excesso de arrecadação, apesar de o governo continuar afirmando que não pode dar o aumento merecido aos servidores, por falta de recursos. Segundo o Senhor Parlamentar, o Governo usa estratégia para maquiagem o orçamento e sugeriu que o mesmo fosse construído de maneira participativa. Prosseguindo, ressaltou que o governo alega não ter recursos, mas pediu a prorrogação de quatro secretarias extraordinárias que só aumentam despesas para o Estado. Finalizou dizendo que mais uma vez o Governo não dará o aumento merecido aos servidores por falta de vontade política. O Senhor Deputado **Ivo Som** discordou das alegações feitas pelo Deputado Soldado Sampaio, quando usou a palavra manobra para dizer que o Governo não faz nada, destacando que tanto o Governador, quanto a Primeira Dama, o Deputado Coronel Chagas, Coronel Leocádio e o Coronel Prola fizeram um excelente trabalho e deveriam contar com o reconhecimento de todos. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 09, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jânio Xingú, Jalsner Renier, Jean Frank, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada em: 09/01/2014

## ATAS SESSÕES PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2271ª SESSÃO, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =  
**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.**  
 (Em exercício)

Às nove horas do dia dezesseis de dezembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima septuagésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período

legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Primeiro Secretário *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata.

Não havendo quem queira discuti-la, passaremos para a votação, que será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

### RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

-Indicação s/n /2013, de 12/12/13, do Deputado Remídio Monai Montessi, para a extensão da rede elétrica do bairro novo horizonte, Vila do Equador, Município de Rorainópolis;

-Indicação s/n /2013, de 11/12/13, do Deputado Remídio Monai Montessi, para a substituição do transformador de 15 KVA por um de 45 KVA, Vila Nova Esperança, Vicinal 16, Município de Rorainópolis;

-Indicação s/n /2013, de 11/12/13, do Deputado Remídio Monai Montessi, para a abertura de 15 km da Vicinal 31, no Município de São João da Baliza;

-Indicação s/n /2013, de 11/12/13, do Deputado Remídio Monai Montessi, para extensão da rede de água no bairro Novo Horizonte, Vila do Equador, Município de Rorainópolis;

-Indicação s/n /2013, sem data, do Deputado Soldado Sampaio, indicando a realização de convênio entre a Polícia Militar do Estado de Roraima (PMRR) e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUC), visando regular a utilização das instalações da PMRR e do efetivo da referida corporação para custódia de apenados com prerrogativas de prisão especial;

-Indicação s/n /2013, s/d, do Deputado Soldado Sampaio, indicando a realização de convênio entre a Polícia Militar do Estado de Roraima (PMRR) e a Casa Militar, visando regular a utilização do efetivo da referida corporação para a execução da vigilância patrimonial do hangar da referida secretaria no Aeroporto Internacional de Boa Vista – Atlas Brasil Cantanhede;

-Indicação s/n /2013, s/d, do Deputado Soldado Sampaio, indicando a realização de convênio entre a Polícia Militar do Estado de Roraima (PMRR), a Casa Civil e o Poder Judiciário, visando regular a utilização do efetivo da referida Corporação para a execução da vigilância patrimonial do Conjunto dos Executivos e do Conjunto dos Desembargadores, respectivamente;

-Indicação s/n /2013, s/d, do Deputado Soldado Sampaio, indicando o aumento do efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima para 4.500 (quatro mil e quinhentos) homens;

-Projeto de Lei s/n /2013, de 13/12/2013, do Deputado Ivo de Souza Pereira, que propõe as comemorações em homenagem à semana de cultura nordestina no Estado de Roraima, e dá outras providências.

### EXTERNOS:

-Ofício nº 25/2013, de 26/11/13, da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL, encaminhando a Carta de Brasília, documento aprovado ao final do XXII encontro da ABEL, realizado nos dias 30 e 31 de outubro próximo passado, em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro-ILB/INTERLEGIS;

-Ofício nº 1470/2013, de 12/12/13, da Delegacia Geral de Polícia Civil, solicitando as imagens (áudio e vídeo) do pronunciamento do Deputado Jânio Xingú, objetivando a imediata apuração dos fatos;

-Ofício nº 239/2013, de 12/12/13, do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COEDE, solicitando que todos os projetos voltados às pessoas com deficiência, apresentados a esta Assembleia sejam encaminhadas cópias ao conselho para apreciação dos conselheiros, e que para a aprovação desses projetos sejam levados em consideração as sugestões e posições do COEDE/RR;

-Carta s/n/2013, de 05/12/13, do Consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA, solicitando que se colabore com essa iniciativa, informando (preferencialmente até o dia 13 de janeiro próximo), em nível estadual, legislação específica em relação ao

segmento do cooperativismo.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Bom dia a todos os servidores desta Casa, cidadãos aqui presentes, em especial os servidores da saúde, os quais cumprimento em nome do presidente do Sindicato, enfermeiro Roberto.

Senhor Presidente, venho mais uma vez à Tribuna trazer um assunto de extrema relevância, que é a questão das terras de Roraima. É uma novela para o cidadão que estar lá fora acompanhando, em especial o pequeno agricultor, que não tem resistência suficiente para acompanhar essa novela que tramita há um ano e meio, com os desmandos que aconteceram no ITERAIMA, e a gente percebe que a intenção do Governo é ganhar no cansaço essas pessoas. É aquele cidadão que tem o seu lote de terra não consegue regularizar, não consegue tirar nenhum tipo de documento no meio ambiente para desmatar ou para fazer uma roça. Ele não consegue ter um documento em mão para ir ao banco buscar um financiamento, e fica ali vivendo, vamos dizer, numa lavoura de pé de toco, na base da enxada. O resultado é muito claro. Termina esse trabalhador abandonando o lote e vindo aqui para a cidade tentar um emprego de um, dois salários mínimos e termina, às vezes, aumentando a quantidade de desempregado, nas férias da nossa cidade. Essa é uma realidade, e aí quando chega à época de eleição, aparece o salvador da pátria com promessas, prometendo máquinas, calcário, sementes. Mas isso vem se repetindo por anos e anos, e a cada eleição, e as pessoas cada vez mais perdem o ânimo e a esperança de continuar morando no campo. E o que tem feito o governo do Estado, Senhoras e Senhores Deputados, para resolver? Nada. Trouxemos aqui, e era rotulada como discurso da oposição, a necessidade de instalar a CPI das terras. Chamamos a sociedade para essas discussões, o povo veio ao encontro, mas, infelizmente, a Casa entendeu que não havia necessidade da CPI das terras. Jogamos todas as nossas esperanças na Polícia Federal, no Ministério Público, que estão lá fazendo o seu papel, investigando, apurando, com várias apreensões dentro de ITERAIMA, em outros órgãos, buscando informações para chegar ao fim do inquérito. Há quem diga nos corredores da política que isso não vai chegar a lugar nenhum, está tudo dominado. Forças poderosas estariam atuando nos bastidores para abafar esse desmando que houve na questão das terras de Roraima. Isso é o que nós temos ouvido. Eu continuo acreditando na Polícia Federal, inclusive já conversamos com os deputados de oposição, vamos fazer uma visita ainda este ano para cobrar resultados da Polícia Federal no inquérito instaurado.

Sabemos Deputado Joaquim, que nesse processo há muita gente séria, que conseguiu suas terras, seus títulos junto ao ITERAIMA, e estão reecosas de qual será o futuro de Roraima. Pessoas que pegaram esses títulos e foram ao BASA, à Caixa Econômica, Banco do Brasil e conseguiram financiamento e estão produzindo. Mas não têm a garantia de que esses títulos têm validade, porque o próprio Governador não respeita as leis, não respeita o rito normal das coisas e muito menos desencadeia dentro do ITERAIMA qualquer tipo de ação que venha nos tranquilizar de que há por parte do ITERAIMA intenção de corrigir aquilo que foi errado e fazer, daqui para frente, a coisa certa. Até então não vi nenhuma ação concreta nesse sentido. O que temos visto é chegar nesta Casa a PEC 06. Está aqui, Deputado Brito, em que há algumas coisas boas que dão para aproveitar, mas também há algumas pegadinhas, muitas armadilhas. E se esta Casa não se aprofundar nessa discussão correremos o risco de cancelar ou autorizar, através dessa PEC, o Governo do Estado a colocar para debaixo do tapete os desmandos que ocorreram no ITERAIMA. Percebi, com o seu pedido de vistas Deputado Brito, que deveríamos realmente nos aprofundar nessa PEC. Constatamos a real intenção que está por trás dessa PEC. Vossa Excelência é formado em Direito e sabe que existe uma ADIN tramitando e a PEC quer anular, através de alguns artigos, os pedidos feitos na ADIN. E, além disso, ainda abre um artigo temerário de convalidar ou anular os títulos emitidos de 2009 para cá. Até então, achei que era um consenso construir esta redação dentro do Governo. Na última reunião que tivemos com o Presidente do ITERAIMA, os procuradores e os representantes do agronegócio, que o Deputado Ionilson Promoveu, constatamos que há divergências entre o Presidente do ITERAIMA e a PROGE. O ITERAIMA não quer que a PROGE venha para dentro dessa discussão, quer que tudo fique na mão do ITERAIMA. E aí fica a questão, Deputado Joaquim. Tenho em mãos um parecer da PROGE se posicionando contrário ao Governo do Estado, em especial ao Governador do Estado, que anulou quase trinta títulos, através de decretos, sem respeitar o devido processo legal, Deputado Flamarion. Foi lá e anulou por decreto esses títulos! Olha a insegurança que estamos vivendo! Será que esses trinta títulos eram realmente fraudulentos? Será que eram os trinta títulos que ele disse que não tinha assinado e o cartório comprovou que ele assinou? Fica a pergunta. Aí, deixamos como sugestão, Deputado Ionilson, que esse processo

de anulação ou convalidação só poderá ocorrer com o parecer da PROGE, mas vi o Presidente do ITERAIMA sendo extremamente contrário, dizendo que não precisa da PROGE, porque o ITERAIMA tem conhecimento, autonomia e independência para anular ou convalidar qualquer título por conta própria. Ora, nós sabemos que o ITERAIMA nem quadro de servidor efetivo tem. Agora, por pressão do Ministério Público, realizou um concurso, que ainda vão tomar posse e ainda vão passar três anos para ter uma estabilidade. Então eu pergunto: o ITERAIMA tem as reais condições de anular e convalidar os títulos? Será que mudaram os servidores e os técnicos do ITERAIMA que são na sua essência, cargos comissionados? Até há pessoas de bem que estão lá produzindo, mas não têm a independência nem autonomia para exercer sua função, pois, se contrariarem a vontade política de quem os colocou lá, perdem o cargo. É assim que funciona. Nós sabemos disso, e por isso levamos a ideia de apresentar uma emenda, dizendo que os pareceres para anular ou convalidar os títulos deverão ser dados pela PROGE, que têm um quadro de servidores efetivos, estáveis, pessoas com conhecimento jurídico, que têm independência política para se posicionar. Mas, o Presidente do ITERAIMA não quer isso, quer deixar que os assessores jurídicos do ITERAIMA se posicionem, servidores esses que são cargos de confiança e indicados. Pergunto aos senhores: qual a ação concreta que o Presidente do ITERAIMA já fez para moralizar esses desmandos que houve no órgão? Nenhuma. Os documentos estão sendo buscados lá através de mandados judiciais da Polícia Federal. Quantos procedimentos o ITERAIMA abriu para investigar se tinha ou não envolvimento dos servidores nos desmandos que ocorreram? Nenhum. O presidente do ITERAIMA ofereceu denúncia contra o ex-gestor Márcio Junqueira, que se intitula o todo poderoso, ao ponto de fazer com que o Governador mantenha um Deputado Federal na pasta da Secretaria de Agricultura para mantê-lo com mandato e com a imunidade parlamentar. Então, essa é nossa preocupação, e ainda tem mais, Deputado Flamarion. Vossa Excelência lembra que aprovamos nesta Casa o orçamento do Estado do ano passado e nossas emendas não foram publicadas? Nós aprovamos uma lei aqui sobre o CONIVERP - Conselho de Investimento do IPER, com um teor e foi publicada outra, e na própria PEC vêm essas armadilhas. Há quem diga que é erro de digitação, acredito que não! Aqui no artigo quinto, eles acrescentam o art 10C e o 10D. A gente olha o 10D e não está aqui. Quer dizer, que pode ser colocada qualquer coisa aqui, depois que aprovamos nesta Casa? Pode até ter sido erro de digitação, mas gato escaldado tem medo de água fria. Essa não é a primeira vez que acontece. Qual é a intenção do Governo? E aí me parece que não é das melhores. Ainda não vimos nenhuma mudança de postura à frente do ITERAIMA para mudar o que estava errado; o que há é o Presidente Leocádio se dizendo um homem de vários governos, de que é sério e íntegro. Inclusive pode até está sendo usado ou se permitindo usar para gerenciar essas crises dentro do Governo do Estado. Foi assim na Saúde, na SEFAZ e agora está sendo no ITERAIMA. Paciência! Quero, de antemão, parabenizar Deputado Ionilson, que foi à imprensa e disse que esta PEC só volta à pauta depois de uma ampla discussão. Quero parabenizar boa parte da bancada de situação, que já se posicionou claramente sobre isso. Acho que temos tempo suficiente para esta discussão, para podermos ouvir a sociedade, pois não estamos torcendo contra, a oposição não quer impedir o crescimento do Estado, muito pelo contrário, nós estamos preocupados com essas pessoas que querem produzir, que têm seus títulos e que financiaram empréstimos nos bancos dando como garantia suas terras. Queremos continuar acreditando que a agricultura é alternativa em curto prazo para resolver nosso Estado, para isso precisamos de uma segurança jurídica.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**. – Deputado Sampaio, nós temos discutido vários temas de interesse do Estado. Vossa Excelência tem participado de amplos debates na Comissão de Educação e na área da saúde. Para que a gente busque soluções referentes ao Plano de Cargos e Salários da Educação, que foi aprovado e agora o Plano de Cargos e Salários da Saúde, que estamos esperando chegar. Eu acredito na Comissão das Terras. A Lei das Terras é uma lei que por si, só se viesse perfeita, é problemática. Se Vossa Excelência observar os Árabes e Judeus, é antes de Cristo a briga secular pelos problemas de terras, mas acredito na nossa Comissão, tanto é que é positiva a postura do Deputado Ionilson, que diz não ter pressa. Passaram-se oito meses para aprovarmos o Plano de Cargos e Salários da Educação. O Deputado Flamarion participou de várias reuniões discutindo com as partes interessadas. Eu acredito que a Lei de Terras é complexa e sei o quanto o Deputado Ionilson está trabalhando em cima para que busquemos o melhor possível para todos que têm interesse nas terras, tanto é que trouxe aqui a doutora Leia. Eu reputo à doutora Leia como uma das advogadas que mais conhece esse problema. Ela praticamente viveu desde a instalação do Instituto, depois ela se especializou nessa área. Sei que Vossa Excelência tem procurado outros juristas tanto da área do Estado, quanto da área federal, até que veja todos os conflitos e que se busque o entendimento. Acredito que essa é nossa obrigação. Vossa Excelência lembra

que derrubamos todos os vetos do Governador com relação ao Plano de Cargos e Salários da Educação? Eu estou sempre citando educação e saúde porque é área que eu trabalho. Não tenho aprofundamento de conhecimento como tem o Deputado Ionilson e outros deputados aqui com relação a terras. Tenho humildade em dizer: a minha área é outra, mas acredito, inclusive com apoio da oposição de se buscar o melhor para aprovarmos a lei. Não há pressa mesmo; a pressa é para se buscar o que se pode fazer de mais perfeito em benefício da sociedade. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio**. – Em primeiro lugar eu queria parabenizá-lo, Deputado. Vossa Excelência sempre enriquecendo os debates nesta Casa sobre os variados temas de interesse da sociedade. Mas, até em questão de respeito pela comissão que trabalhou nisso, Vossa Excelência levanta uma questão que é interessante, mas ao mesmo tempo me preocupa. Se nós enveredarmos por esse discurso de que o Governo do Estado com essas PEC, são dois projetos de emendas constitucionais e, também a alteração da 738, tenta jogar para debaixo do debate os desmandos que houve no ITERAIMA, eu não acredito que esta seja a intenção do Governo. Até em respeito às pessoas que trabalharam nessa comissão. Essa comissão foi composta pelo Secretário Haroldo Amoras. São técnicos do Governo e pessoas que têm conhecimento do assunto. É o conhecimento suficiente? Nós estamos verificando isso, agora, Deputado Brito, se que o que eles colocaram no papel pode ser melhorado. É para isso que existe uma relatoria. Eu lhes garanto de que este relator não vai fazer nada de forma irresponsável. Nós vamos ouvir a sociedade e aqueles que têm posições contrárias. Vossa Excelência, inclusive, Deputado Soldado Sampaio, pode me trazer qualquer pessoa da sociedade, podem me trazer alguns pontos que acham que estejam em desacordo com qualquer das legislações federais, enfim que afronte o princípio da transparência e da legalidade nessa questão da regularização fundiária. Até porque nós não podemos mais errar nessa questão. Ou se faz o trabalho correto ou então salve-se quem puder! Vamos continuar em insegurança jurídica. Vamos continuar sem nenhum respeito por parte das instituições financeiras, que são os agentes de créditos deste Estado. Devemos trabalhar de forma correta, e para se trabalhar de forma correta não se pode ser com celeridade, não se pode fazer isso à toque de caixa. Vamos trabalhar de forma correta. Acredito que a comissão, como eu ia citando anteriormente: Haroldo Amoras; Presidente do ITERAIMA Leocádio Vasconcelos; o Procurador do Estado Edival Braga, que também participou da primeira lei, 738; a Roserayna, da Agência de Defesa; o Sérgio Pillon, do Gabinete Civil, todos eles trabalharam no sentido do aperfeiçoamento dessa lei, até porque nós precisamos fazer isso. A primeira lei foi questionada em alguns pontos. O Ministério Público Federal entendeu que nós estávamos infringindo a Constituição Federal e provocou uma Ação Direita de Inconstitucionalidade. Qual é o sentido disso? É você verificar quais são esses pontos que estão em desacordo com a Constituição Federal e corrigir isso. O Ministério Público Federal pediu Carvílio Pires, Vossa Excelência que é jornalista, e esta aí participando desse debate como ouvinte, pediu que fosse declarado inconstitucionalidade da Lei, na sua totalidade, e o Ministro Toffoli falou que não, apenas aqueles pontos que são conflitantes. Então, para que pressa? Para modificarmos a lei, inclusive em pontos que não foram questionados? Nós temos que corrigir aquilo que o Ministério Público entendeu como sendo inconstitucional e verificarmos o caminho legal, para fazermos essas correções. Não há, eu não vejo dentro da PEC e nem na 738, nada que possa ser no sentido de querer esconder alguma coisa. Pelo contrário, estamos fazendo isso com muita clareza. Toda a sociedade, a imprensa tem cópia dessa Lei que está em tramitação na Assembleia Legislativa. Se alguém identificar que tenha algo, com exceção desse artigo que Vossa Excelência disse que não está explícito na Lei, se não está explícito ele não vai ser aprovado, garanto isso a Vossa Excelência, de que eu, quando construir meu relatório e concluí-lo, se não estiver claro, se não estiver devidamente debatido, ele não vai constar do Relatório Final, Deputado Sampaio, mas Vossa Excelência levanta questões muito interessantes e muito importantes. Está de parabéns por isso! Essa é uma Casa democrática e esse é o papel do Legislativo. Nós vamos debater isso com muita responsabilidade, pedir, inclusive, ao chefe da Casa Civil, que estava conosco na reunião aqui na Assembleia Legislativa, quinta-feira. Que pedisse parcimônia do governo, para nós resolvermos essa questão de forma serena, clara, de uma forma extremamente técnica e responsável. O assunto é complexo porque muitas vezes as opiniões são divergentes, Deputado Joaquim, à própria lei federal. Nós temos a Constituição Federal que temos que respeitá-la; nós temos uma Lei, que é de Regularização Fundiária de Terras na Amazônia, que se sobrepõe à nossa, que temos que respeitá-la. Daí a confusão: se é 2004 o marco temporal ou é 2009. Mas se é 2009 essas questões precisam ser resolvidas. Não adianta aprovarmos uma lei ou projetos de emendas constitucionais e no outro dia sofreremos, novamente, uma ação direta de inconstitucionalidade, e continuarmos na insegurança jurídica ou então a sociedade nos colocando sob suspeição, como é o caso hoje. Eu, como relator, não vou fazer a coisa

dessa maneira. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. - Senhor Presidente, eu acredito que o meu tempo está se esgotando. Tem aparte do Deputado Erci, do Deputado Xingú. Eu só concedo se Vossa Excelência autorizar porque eu preciso de, no mínimo, mais três minutos para eu concluir minha fala. Só um minutinho, Deputado Xingú, Deputado Erci de Moraes. Primeiro, agradecer o aparte do Deputado Joaquim e do Deputado Ionilson Sampaio.

Deputado Ionilson, eu acredito em Vossa Excelência, assim como acredito no espírito democrático do Deputado Joaquim, que tem feito um esforço tremendo para trazer algumas matérias relevantes para fazer as discussões devidas, agora, o fato, Deputado Brito, já que Vossa Excelência pediu vistas, a comissão se reuniu e se naquele dia nós suspendêsemos o pedido de vistas, talvez a PEC já tivesse sido votada. Graças a Deus o Deputado Ionilson foi democrático ao manifestar o pedido de vistas e imediatamente concedê-lo. Nós estamos ampliando essa discussão e, ao que me parece, já tem até um consenso de não votar neste ano a PEC, por entendermos o tamanho, a grandeza e a relevância desse projeto. Deputado Ionilson. Continuo acreditando em Vossa Excelência como Relator, como democrata e como uma pessoa que quer ver corrigido os desmandos que vêm ocorrendo nas terras de Roraima, já o Governo faz justamente o contrário. A cada dia mete os pés pelas mãos, cometendo políticas equivocadas. Deputado Joaquim: Estamos na iminência de votar o Plano de Cargos e Salários da Saúde que foi uma briga nossa, de Vossa Excelência para oportunizar esses trabalhadores a discutir lá dentro do Executivo. Só agora com o novo secretário é que foi possível essa discussão. Com o secretário anterior não houve isso e é o mesmo secretário que hoje está no ITERAIMA que de democrático não tem nada, que digam os servidores da saúde. O mesmo governo, Deputado Brito, que quer moralizar o ITERAIMA com essa PEC, é o governo que teve o Presidente do IPER afastado por duas vezes, uma pelo Tribunal de Contas e outra pela Justiça, e foi premiado ao assumir a presidência da CODESAIMA. Ora, como vêm pedir para a gente confiança num governo desse antidemocrático, que desrespeita as pessoas e chama toda a sociedade roraimense de nariz furado! Então, não dá para confiar. Eu já parto para olhar essa PEC com desconfiança, sem saber qual a real intenção do governo, ainda mais quando o Presidente do ITERAIMA, com todo o seu conhecimento e experiência e com um currículo grande em abafar crises no Estado, como foi na saúde, na SEFAZ e agora no ITERAIMA, se nega veementemente em aceitar a presença da PROGE na discussão dessa PEC. Estamos remetendo uma emenda nossa para que toda anulação e toda convalidação de título só seja feita depois de corrido o processo legal e com o parecer da PROGE, e o presidente do ITERAIMA pula lá fora e diz que não aceita por que o ITERAIMA tem independência, que vão contratar bons advogados para orientá-los. Esta é a minha desconfiança: qual a real intenção que está por trás disso? Quero pedir ao Deputado Ionilson que continue com esse espírito democrático e sabedoria em ouvir os segmentos interessados nessa discussão da PEC nº 006.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú**. – Deputado Sampaio, seu discurso já vem de muito tempo, mas o ITERAIMA é um problema do Márcio Junqueira. Se o Márcio vendeu terras, se ganhou dinheiro, se tem coisas para se entender com a justiça, ele que se explique para a Polícia Federal. Agora, o que queria chamar a atenção dos meus pares aqui, é que estamos à cinco dias do Natal e precisamos votar o Orçamento. Não sabemos ainda se nossas emendas serão impositivas ou se vão continuar sendo autorizativas. Nós temos o projeto da Polícia Civil, temos o projeto dos agentes de saúde para ser votado, temos o projeto da Polícia Militar para ser votado. Acabei de falar com o Presidente Chico Guerra para nos reunirmos hoje à tarde nas comissões para tratarmos desses assuntos importantes para a sociedade de Roraima. O ITERAIMA é de bastante relevância, mas é um assunto para dez anos. Vamos dar um Natal para o povo da saúde, vamos dar esperança e um bom Natal para o pessoal da Polícia Civil, para os policiais da Polícia Militar. Vamos votar isso, vamos nos reunir à tarde nas comissões para podermos votar esses projetos, porque o ITERAIMA é um problema maior que o Estado e não se resolve este ano. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. – Deputado Xingú, o compromisso de Vossa Excelência com a saúde, com a Polícia Civil, Polícia Militar não é diferente do nosso. O que nos estranha é que faltando três Sessões Ordinárias para encerrar o ano letivo, esses planos ainda não tenham chegado a esta Casa. Por quê? O que aconteceu? Agora, não tenham dúvidas de que os servidores da saúde estão prontos para deflagrar uma greve se o Governador não mandar para esta Casa o projeto deles. Podem ter certeza que os servidores da saúde vão deflagrar uma greve e eu estarei lá apoiando, assim também como a Polícia Militar, Deputado Chagas. A Polícia Militar está prontinha para declarar a segunda greve neste Estado, e não será diferente com a Polícia Civil, pois, infelizmente, este é um governo que simplesmente acha que esta Casa é a Casa que tem que homologar suas vontades. Ele não oportuniza as discussões, ele simplesmente encaminha para

cá um plano de cargos e salários para ser votado em menos de vinte e quatro horas. Foi assim com a polícia no ano passado. Se não fosse o Deputado Joaquim, teria acontecido a mesma coisa com a educação. Espero que os projetos cheguem e que nos esforcemos para aprová-los, e aí, Deputado Xingú, não tenha dúvidas que não só eu, mas toda a bancada de oposição estará disposta a ficar aqui até no Natal, se for o caso, para votar e buscar o que é melhor para a saúde, educação, segurança e em especial para a nossa Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Bom dia, Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, Senhoras e Senhores Parlamentares deste Ilustríssimo Poder Legislativo, plateia, meus amigos, minhas amigas, senhores, imprensa, servidores desta Casa, sejam bem-vindos mais uma vez. Em nome do Senhor, quero dar boas-vindas a todos. Sintam-se à vontade para prevalecer a vontade da sociedade.

Senhor Presidente, quero registrar que dei entrada nesta Casa em mais um projeto de minha autoria, atendendo a todos que me procuraram quando falei que o meu gabinete seria um gabinete popular, de anseio para com a sociedade. E tivemos um abaixo-assinado com 642 assinaturas de pessoas nordestinas, onde nós estamos pedindo a todos os Deputados, antes de voltar à pauta desta Casa, apoio ao projeto que propõe as comemorações em homenagem à semana da cultura nordestina no Estado de Roraima, e dá outras providências.

Fica instituída a semana da cultura nordestina do Estado de Roraima no segundo domingo do mês de junho. Claro, que depois de aprovado por esta Casa! De acordo com a pesquisa feita pelo IBGE, e o PNAD, 55% dos representantes deste Estado são nordestinos. 23% do Estado de Roraima e 55% das outras federações dos Estados do Brasil. Como o CTG (Centro de Tradições Gaúchas), já estamos providenciando uma área e estamos falando com toda a sociedade, inclusive na SEPLAN vamos dar entrada, através da Associação, onde toda a associação nordestina possa fazer parte dessa comissão. Segundo a pauta deles, todas as reuniões serão determinadas com um representante de cada estado nordestino para que não haja benefícios a uns e a outros. E nós vamos tentar fazer o CTN (Centro de Tradições Nordestinas), através do apoio não só da classe política, mas da sociedade.

Mas, para não me alongar, Senhor Presidente, quero registrar a grande viagem que foi feita este final de semana ao Sul do Estado. E falo exclusivamente do Projeto Roraima Forte, coordenado pelo Senador Romero Jucá. Eu fiquei muito feliz e não tenho dúvidas que a maioria dos Deputados desta Casa que estiveram presentes, como o Presidente da Assembleia, Deputado Erci, Deputado Marcelo Cabral, Deputado Zé Reinaldo, Deputado George Melo, Deputado Dhiego, Deputada Aurelina, o prefeito daquele município, Adilson do Asa. A maioria dos vereadores de Rorainópolis e do Sul do Estado. Mais de 250 pessoas do sul do Estado ouviram e discutiram sobre o que pensam de melhor para o Estado de Roraima.

Eu não poderia deixar de destacar este grande contexto. E nós, desde Petrolina, Martins Pereira, km 500, Jundiá, Nova Colina, Entre Rios, São João da Baliza, Caroebe, passamos todo o final de semana ouvindo as pessoas. E no domingo, numa última reunião em Rorainópolis, às 10 horas da manhã, foi um sucesso. E não se discutia ali negócios de governos, muito menos de deputados, se discutia o que é melhor para Roraima. A sociedade pegava o microfone e xingava os políticos, falava de suas necessidades e nós, escutávamos. E depois desse encontro, já foi feito em Boa Vista e no Sul do Estado. Vamos percorrer todo o Estado. E no final, mais ou menos em março, abril ou maio, vamos elaborar uma carta em nome da sociedade roraimense. E que seja registrado em ata o que a sociedade clama. Há muito que se fazer. Eu seria muito demagogo de dizer que está tudo às mil maravilhas. Não se pode brincar com a sociedade. Fez-se muito, desde o primeiro governador constituído, Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, passando por Neudo Campos, Flamarion Portela e com o atual Governador José de Anchieta. Fez-se muito, mas tem muito para se fazer. E só quem vai fazer isso é a união. São todos unidos, numa ação partidária. Oito partidos assinaram a carta-compromisso, onde poderia se discutir o Roraima Forte, onde possa ter mais dignidade, mas igualdade, mais compromisso e, acima de tudo, a sociedade participando.

Quero dizer que se juntem a nós, qualquer cidadão, mandando a sua sugestão. Entre em contato, através do PMDB, PTN, PPS, PSTC, o PROS, entre através de qualquer partido, veja a sua associação, sua comunidade e participem, para que amanhã ou depois seja elaborada uma carta-compromisso e a sociedade não reclame, dizendo que não teve o direito de participar. Seja pessoa civil, pública, militar, em qualquer instância. Eu creio que a sociedade roraimense tem que participar, porque cabe a nós respeitar a maioria da população.

Para finalizar, Senhor Presidente. Amanhã falarei a respeito dos 625 novos PM que vão às ruas dar mais segurança para a sociedade. Ontem foi a missa desses 625 PMs na Catedral Cristo Redentor. Quero dizer que esse

é um compromisso do Estado. Quero também falar das novas 25 viaturas, ônibus e microônibus entregue às pessoas deficientes. Ontem já foram entregues 5 viaturas para os deficientes. Amanhã vamos passar todos os convênios, aplicações, os gastos com a PM e tudo o que pode ser feito com esses ônibus desde a sua entrega até o fundamento maior, que é atender a sociedade. Muito obrigado pela tolerância, um abraço e um bom dia a todos.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço**: - Obrigado, Senhor Presidente. Bom dia aos servidores desta Casa, aos nobres colegas parlamentares, e aos funcionários que aqui se encontram, pedindo e reivindicando seus direitos. Presidente Chicão, quero usar esses dois minutos só para dar, Presidente Flamarion, resposta ao acompanhamento dos processos que estamos fiscalizando, dos trinta e oito milhões que o Governo contratou para as empresas darem manutenção nas Vicinais de doze municípios do Estado de Roraima. Eu estive Deputado Ivo, agora, sábado, no Município do Amajari, e quero aqui deixar ressaltado que do mesmo jeito que eu critico eu parabeno, mas quando as coisas têm consistência. A empresa que está fazendo o serviço na Vicinal, lá no Município do Amajari, na Vicinal Bom Jesus, é uma empresa pequena, mas o seu dono é um rapaz de caráter. Nem o conheço! Ele está cumprindo rigorosamente o contrato, tem duas máquinas a mais, Deputada Aurelina, de que o contrato exige que é para dar assistência, para dar celeridade aos serviços, diferente da empresa que está trabalhando na Vicinal 04. Eu queria fazer um apelo ao Presidente Chicão: ora, presidente, essa sessão, que é do seu Município, e empresa que está fazendo a Vicinal 04 do Município de Alto Alegre. Lá, o pagamento deveria ser suspenso porque estão faltando cinco máquinas Deputado Chicão, para fazer o serviço que vai beneficiar aqueles moradores. Pelo contrato, essa empresa não pode receber. E o pior, Deputado Ivo, é que a gente tem notícias, não sabemos se é verídica, que essa empresa já recebeu a primeira parcela, que é do mês de dezembro, e os serviços não foram concluídos. Segundo o Secretário Cacá, com a Dechele, o Edilson, disseram para nós na Comissão que o Flamarion está presidindo, que para a empresa receber ela tinha que fazer, no mínimo, o equivalente a 20 km de conservação de vicinais, embora lá nessa de Alto Alegre não tivesse 4 km prontos, e não tinha maquinário para fazer também. Das poucas máquinas que estavam lá, duas estavam quebradas. Um trator de esteira e uma patrol estavam quebrados, e as outras não estavam no local. Então, eu queria aqui parabenizar, nem conheço o seu dono, a Construtora Popular. Parabéns pelo serviço que estão fazendo! Daqui mais uns 30 ou 40 dias vou retornar de novo em cada uma dessas vicinais que estamos visitando para dizer à população e para parabenizar aqueles empresários que querem trabalhar, e para dizer àqueles que não querem trabalhar que procurem trabalhar ou desistam dos contratos, para que o Estado contrate empresas que tenham seriedade e que vão fazer sim, e dar trafegabilidade às pessoas que precisam das vicinais, como o transporte escolar e os colonos que lá moram. Então, Presidente Chicão, era esse o meu pronunciamento e bom dia a todos. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede questão de Ordem. Senhor Presidente, a bancada de oposição se reuniu na véspera do término do ano legislativo desta Casa, nós temos matérias de extrema relevância, se não me engano, temos uns vinte projetos que deveriam ser votados este ano, entre eles a Lei Orçamentária, o Plano de Cargos e Salários da Saúde, da Polícia Civil, da Polícia Militar, e de outros servidores. Diante desses fatos, da inércia do governo, e sabemos, até pela pouca experiência que já temos, trata-se de estratégia usada: alega-se que é o último dia, na véspera de Natal ou de Ano Novo, faz-se uma Sessão Extraordinária de oito horas seguidas, sem a devida discussão. Nós estamos nos antecedendo, a oposição, e só votamos qualquer matéria nesta Casa quando chegar o Plano de Cargos e Salários da Saúde, da Polícia Militar e da Polícia Civil. Eu estive agora de manhã consultando a Secretaria desta Casa, e não chegou o Plano de Cargos e Salários da Saúde, muito menos da Polícia Militar. A oposição, a partir de agora, não vota sequer um requerimento, e vamos usar todos os mecanismos e artifícios regimentais que tivermos alcance, para não deixar votar nada nesta Casa, em virtude da falta de compromisso do Governo em mandar para esta Casa o devido reconhecimento através de projetos de lei, desses servidores que estão há anos esperando. Esperamos o mesmo posicionamento da bancada de situação, que saia na defesa desses servidores, que não votemos nada. Nós falamos isso na semana passada e votamos o da ADERR, em virtude do perigo da questão da febre aftosa, pois o gado, as carradas de bois já não estavam passando lá no Jundiá, mas daqui para frente à oposição não vota sequer, seja qual for, o menor requerimento, independente de sua significância para esta Casa. Então, é o posicionamento da oposição. Queremos que cheguem esses Planos de Cargos e Salários, mesmo não havendo a devida discussão no Executivo. Nós queremos pelo menos ouvir os sindicatos, os representantes dos servidores. A gente quer pelo menos o conhecimento desses projetos que estão sendo encaminhados sem haver a devida discussão. Então, que fique registrado o posicionamento da oposição.

O Senhor Presidente **Chicão da Silveira**. - Inclusive eu queria

pedir a colaboração dos Senhores Deputados, que pudessem reunir a Comissão de Finanças e Orçamento e definir a vacância deixada pelo ex-Deputado Célio Wanderley, que seja preenchida até a data de amanhã, para que não houvesse a necessidade de ter votações. Eu pediria a gentileza de todos os senhores deputados que fazem parte da Comissão de Finanças e Orçamento, urgentemente.

- Como não há matérias na Ordem do Dia, passamos às explicações pessoais.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes**. - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, diz o ensinamento que a pressa é má conselheira. E para quem já viveu um bocado, a gente confirma que é mesmo. Parece que nós estamos fazendo disso uma tradição. Todo fim de ano vão se empurrando os projetos para a última hora e, consequentemente pagamos mico todo ano. Nós já votamos, aqui, projeto no qual autorizamos que médicos disputassem em concurso público cargo que é privativo de assistente social, e passaram em concurso e foram chamados. Isso, se levar ao pé da letra, é um escândalo! Para este ano, o que se avizinha? Uma série de planos de salários e carreiras que implicam em parcelas elevadas do nosso orçamento, por um lado. Por outro lado, é prudente reconhecer que é um direito legítimo dos diversos postulantes, dos diversos grupos, que tenham acolhidos aquelas reivindicações justas, mas nos restam apenas dois dias, passando hoje, de sessões ordinárias antes do recesso. A Lei de Terra, em especial, é aquela mola mestra, que vai concorrer, uma vez viabilizada, se transferir, efetivamente, as terras para a mão do produtor, que a usa, explora, e dela faz a produção do Estado. Sem ela, se isso não acontecer, podemos aprovar Planos de Cargos e Salários que estão pendentes, previstos de entrarem, mas eu duvido que com esse orçamento que aí está, se o Governo terá lastro para pagar, para atender, para honrar. E não fiquei muito animado nessa última reunião de terras. O bom senso indica que nós temos que discuti-la até a exaustão. Se for preciso virar de ano, que vire, mas corremos o risco de, por precipitação, fazermos bobagem. Naquela reunião, eu vi uma certa exacerbação de fogueira de vaidades, que precisam ser trabalhadas. Nenhum lado nem outro. Nenhuma entidade nem outra. Nenhuma secretaria nem outra é dona da verdade. Terra é algo que mexe com o ser humano e que faz ele, inclusive, se tornar criminoso com facilidade. E nós precisamos acertar para corrigir os rumos do Estado. Portanto, é um projeto da mais alta importância e envergadura. Eu acho que dificilmente nós vamos chegar a um consenso para votar ainda este ano, mas se ficar para o próximo, e desde que haja um propósito nosso de aprovar uma lei que possa resolver os problemas fundiários do Estado, nós estaremos todos de parabéns e, especialmente, a sociedade roraimense. Então, eu estou fazendo este alerta, para dizer que é preciso que tenhamos muita segurança e prudência, nesses dias, sobre o que vamos votar. Tem a questão da prioridade, e eu, particularmente, acho que a hora de priorizar é agora. Nós estamos exatamente numa encruzilhada: ou nós priorizamos aquilo que realmente diz respeito a resolver os gargalos que este Estado tem para buscar a sua autonomia na área de produção, ou continuaremos, mais um ano, empurrando com a barriga, como se diz na gíria. Então, eu estou quase desabafando a minha preocupação com o andamento das coisas. Vamos acabar votando projetos, aqui, de afogadilho e que não vão resolver problemas, mas vão frustrar muito mais aqueles que reivindicam por não ter lastro para que se possa atender tão logo aprovados. Então, por tudo isso, eu acho que é um alerta que faço a meus pares, para que possamos agir com toda serenidade e prudência para fazer aquilo o que for melhor para a sociedade e para o nosso Estado. Esse é o nosso dever fundamental, enquanto parlamentar. Era esse o alerta que eu queria falar, Senhor Presidente. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Concordo com tudo que foi dito pelo Corregedor desta Casa, Deputado Erci, e quero acrescentar mais algumas palavras. Quero dizer que eu fiquei abismado na reunião da Comissão, onde não se via humildade de secretários da base de Governo em conversar e se entender. Inclusive deixei registrado lá! Falei que cada reunião que participo me causa mais estranheza, mas temos que fazer prevalecer, primeiramente, a vontade de Deus e depois a do povo. Não adianta só querer votar, para depois ter problema. Então, temos que ter mais afinco, e vamos discutir cada vez mais. Eu iria fazer um aparte no pronunciamento do Deputado Sampaio, mas deixei para amanhã, para discutir com mais embasamento. Estou vendo o projeto, mas quero convidar os Senhores Deputados: Coronel Chagas, Jânio Xingú, Soldado Sampaio e Diego Coelho, para nos reunirmos agora, ou pela parte da tarde, para tratarmos do Projeto de Lei 022/2003, que dispõe sobre alterações complementares da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Roraima. Esse Projeto que está sendo tão esperado pela categoria, e, com certeza, vai ser de muita polêmica. Temos que ter o bom senso de ouvirmos os dois lados para chegarmos ao fim desse imbróglio. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Quero me juntar ao Deputado Erci. É com muita preocupação que a gente vê o caso ITERAIMA. É um caso de suma importância para resolvermos ainda este Ano. O Estado de Roraima está engessado, sem poder produzir. O povo do campo não

tem documento e as instituições financeiras só liberam recursos quando há documento para dar em garantia. Como disse o Deputado Ivo, não está havendo entendimento dentro da estrutura de governo. Temos que desburocratizar a situação das terras do Estado de Roraima, senão Roraima vai se tornar inviável para produzir. É no campo que está a galinha dos ovos de ouro; a produção é a riqueza que entra nos cofres do Estado. Então, é por isso que temos que ter muita maturidade e união. Não precisa haver muita discussão e sim bom senso de ambas as partes. O Estado de Roraima está precisando ter agilidade no seu processo de terras.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Registro os cumprimentos ao Senhor Jânio Tavares, que é um grande colaborador desta Casa, pela passagem do seu aniversário.

Deputado Erci, eu também quero compartilhar com Vossa Excelência, tanto eu como outros. O afogadilho tem dado uma parcela de contribuição muito grande ao atropelamento do setor produtivo deste Estado. Quando foi criada a FEMARH, nós fomos os mentores da ideia de tirar os poderes do IBAMA para dar para o Estado, mas, pela falta de debate com outros segmentos da sociedade, tornou-se a FEMARH muito mais inacessível do que o próprio IBAMA. O ITERAIMA, que também fomos os criadores, que era para tirarmos do INCRA, que nós chamávamos de “encravado”, hoje o ITERAIMA se tornou muito pior do que o INCRA. Isso é devido ao afogadilho e falta de debate com os segmentos da sociedade que realmente conhecem a realidade do Estado.

Deixe-me dar um exemplo. Eu tenho um filho de 34 anos, que nasceu na roça, mora e tira o seu sustento de lá. Ele está entrando na justiça contra a Polícia Federal para não ser preso por conta de uma área de 246 hectares. É um absurdo! Na época das eleições, a única alternativa que temos é investir no setor produtivo e o que é feito em uma situação dessas? Às vezes, ouvindo o Deputado Sampaio, é preciso termos mais atenção na hora de votar essas matérias.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura das Resoluções nº 054/13, que Cria a Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 007/2013, que “altera o art. 20 –D da Constituição do Estado, e dá outras providências”; Resolução nº 055/2013, que cria a Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 008/2013, que “acresce o art. 27-A e parágrafos à Constituição do Estado, e dá outras providências”; Resolução nº 056/2013, que cria a Comissão Especial Externa para analisar e dar parecer aos Projetos de Lei nº 077/2013 e 078/2013.

O Senhor Primeiro Secretário (**Brito Bezerra**) - Lidos as Resoluções 054/13, 055/213 e 056/2013.

O Senhor Presidente Deputado (**Chicão da Silveira**) – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 18, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela Águida **Portella**, **Aurelina Medeiros**, **Brito Bezerra**, **Chicão da Silveira**, **Chico Guerra**, **Coronel Chagas**, **Dhiego Coelho**, **Erci de Moraes**, **Flamarion Portela**, **Gabriel Picanço**, **George Melo**, **Ionilson Sampaio**, **Ivo Som**, **Jânio Xingú**, **Joaquim Ruiz**, **Marcelo Cabral**, **Marcelo Natanael**, **Mecias de Jesus**, **Naldo da Loteria**, **Remídio Monai**, **Soldado Sampaio** e **Zé Reinaldo**.

Aprovada Ata Sucinta em: 18/12/2013

ATA DA 2273ª SESSÃO, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =  
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia dezanove de dezembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima septuagésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Convidou o Senhor Deputado Ivo Som para atuar como Segundo Secretário *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Ivo Som) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata. Não havendo quem queira discuti-la, passaremos para a votação, que será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.



O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:**

Mensagem Governamental nº068/13, de 29/11/13, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando para a apreciação e deliberação por parte desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de Roraima- ARES/RR, a qual funcionará como agente normativa e reguladora de serviços públicos de competência do Estado de Roraima, além de outros que lhe vierem a ser transferidos mediante delegação dos Municípios ou da União.

Mensagem Governamental nº 069/13, de 29/11/13, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando para apreciação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei que “altera a lei nº837, de 17 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Plano Plurianual-PPA, para o quadriênio 2012-2015”.

Mensagem Governamental nº 076/13, de 18/12/13, do Governador do Estado de Roraima, comunicando o veto total ao Projeto de Lei nº 050/13, que “Dispõe sobre os estabelecimentos comerciais que compram materiais de metal para revenda”, de autoria do Deputado Gabriel Picanço.

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

Requerimento nº001/13, de 18/12/13, da Comissão Especial Interna Criada nos Termos da Resolução nº 039/13, requerendo após ouvir o plenário, prorrogação de prazo para seu funcionamento, por igual período.

Era o que constava do Expediente Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Solicito ao Senhor Primeiro secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – procede à chamada.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de iniciar desejando um bom dia a todos os servidores da Secretaria de Segurança, as pessoas que se encontram presente, polícia civil, delegados e todos os presentes.

O assunto que me traz hoje é de um assunto para o conhecimento da sociedade, até porque nós precisamos tomar algumas atitudes e providencias a nível governamental, acredito que até a nível de orçamento nesta Casa. Para que nós possamos tentar resolver uma questão que acredito que é de fundamental importância para sociedade.

Fui informado hoje pela manhã Senhor Presidente, que o Relatório do Ministério da Agricultura, Deputado Erci, Vossa Excelência que é zootecnista, pesquisador da EMBRAPA, que o relatório recomendou apenas e tão somente, o envio e embarque de gado para Manaus após a quarentena porque senão poderemos fazer isso. Porque, por que não conseguimos cumprir as metas que auditoria fez no mês de fevereiro de 2013, isso significa dizer que o setor pecuário do estado vai está completamente parado, engessado a partir de agora, hoje pela manhã fui no Ministério da Agricultura peguei uma cópia desse relatório, vou ler alguns pontos, pois o relatório é muito extenso mais vou mostrar que esse setor especificamente nós estamos num verdadeiro caos, que me desculpe os técnicos da ADER, que me desculpe aqueles que por ventura se sentirem incomodado, mais não poderíamos deixar de trazer essa questão para Assembleia Legislativa, já conversei agora pouco Sergio Pilon, expliquei para o Chefe do Gabinete Civil qual era a nossa situação hoje, ele ficou surpreso, a esperança que se tinha era que fossemos para o médio risco de febre aftosa, e além de continuarmos no alto risco, o único lugar que exportávamos alguma coisa era o estado do Amazonas, boi in natura, boi no gancho, agora estamos obrigado a fazer uma quarentena. E o que é essa quarentena. Só podemos exportar para Manaus após o gado ficar retido trinta dias isolados numa pastagem que por ventura e com certeza deve perder peso, veio um documento da secretaria e da agencia de defesa do Amazonas, fiscaliza quais esses animais que vão ser abatidos e ficam literalmente isolados, e após esses trinta dias se não houver nenhum problema sanitário, a defesa sanitária e o Estado do Amazonas autoriza o embarque desse gado para Manaus. Isso quer dizer, que inviabilizou completamente o embarque de gado para Manaus. Mas vou ler alguns pontos dessa auditoria que foi feita em fevereiro do ano passado e vou concluir com auditoria de agora.

“ Instalações da ADER: falta de espaço físico em algumas unidades;

Transportes: manutenção dos veículos somente em caráter emergencial, manutenção realizada com recursos dos servidores, falta de veículos para técnicos de nível médio nos escritório do interior; carros inadequados na realidade dos serviços, uso indevido dos veículos por servidores, ausência de identificação oficial obrigatória nos veículos, planilha de controle de transito sem padronização, sem preenchimento por parte do usuários e controle pelas autoridades competentes.

Comunicação: as unidades do interior estão com linhas telefônicas sem funcionamento por falta de pagamento, presença de aparelho de fax somente em algumas unidades e ausência de internet nas unidades visitadas.

Sistema de Informação: As informações que os escritórios têm que passar para a unidade central da ADERR. Não envio de informações sanitárias de notificação obrigatória à sede, que consequentemente não informa ao Ministério da Agricultura, a ocorrência de doenças, Deputado Brito. Envio e recebimento de informações, somente quando o técnico vai a Boa Vista e as entregas em mãos, porque não tem internet, não tem fax, nem tem telefone, meu caro Deputado Gabriel Picanço.

Recursos Humanos: servidores ocupando cargos incompatíveis com a demanda prevista. Talvez, nesse Plano de Cargos que a gente aprovou, agora, essa questão tenha sido sanada. Mas são muitas e muitas outras.

Capacidade técnica: Servidores sem treinamento e atualização.

Recursos para custeio: Deputado Zé Reinaldo, Saldo zero.

Legislação, Manuais e Supervisão interna: não aplicação da lei em seu inteiro teor, por parte da Agência de defesa.

Manuais de padronização de procedimento: falta de padronização nos arquivos. Continua o relatório do Ministério da Agricultura:

Supervisão interna: falta de recursos para realização das supervisões, falta de procedimento e mecanismos das não conformidades, falta de correção de inconformidades encontradas em supervisões anteriores.

Cadastro: falta do controle de cadastro pela unidade central, falta de padronização das informações enviadas para a delegacia superior de agricultura.

Cadastro das propriedades: Deputado Chicão da Silveira, o Estado possui regiões em que o cadastramento sequer chegou e nunca foi finalizado, deputado Xingú. Falta de controle e supervisão nas unidades sobre os cadastros mantidos nos escritórios. Não são realizadas vistorias *in loco* para abertura dos novos cadastros, Deputado Flamarion. Há vários cadastros de propriedades e produtores incompletos e duplicados. Dados inconsistentes quanto ao número de produtores. Duplicidade de cadastro sem uma busca ativa para solução dos casos.

- Eu não sei nem como é que a gente ainda está comendo carne.

Cadastro das áreas de risco: desconhecimento dos técnicos, quanto ao parâmetro para cadastramento das áreas de risco. Falta de ações da unidade central para correção dessa situação.

- Depois eu vou pegar, porque não tive acesso hoje ainda, o técnico ficou de me dar, o relatório sobre o MAFIR, Deputado Erci de Moraes.

Vigilância Veterinária: Deputado Joaquim Ruiz, Vossa Excelência que foi Presidente da Codesaima e o MAFIR fica naquela jurisdição, como também o Deputado Zé Reinaldo, falta de recursos humanos e financeiros para execução das metas em relação à vigilância veterinária, embora nós saibamos que lá em SIF, é feito pelo Ministério da Agricultura.

Controle de trânsito: mapa rasurado, ausência de data, assinatura, atraso no envio de segunda via aos escritórios de origem ou destino. Documentação e registro de dados sem padronização. Fluxo de documento sem protocolo definido e ausência de controle e envio de informações sobre o trânsito de animais.

Controle de trânsito de animais e produtos pelas unidades e postos: ausência de fiscalização no trânsito.

Controle de aglomeração de animais: precária conferência da documentação nos eventos e pouco conhecimento e aplicação da legislação pelos técnicos responsáveis. Falta de acompanhamento e padronização de ações por parte da unidade central.

Vigilância em propriedades de alto risco: ausência de relação atualizada das propriedades.

Vigilância passiva: ausência de internet, do contrato de malote com os correios, telefones inoperantes nos escritórios, dificultando o intercâmbio, enfim, a questão da vacinação que nós vimos tantas campanhas na televisão de que essa coisa está sendo feita a contento, e tem um percentual muito alto de vacinação do rebanho. Em relação à vacinação, Deputado Joaquim Ruiz, incapacidade de se cumprir as atividades programadas, falta de combustível paralisando sempre as atividades de defesa agropecuária.

- Esse relatório, Deputado Joaquim Ruiz, foi feito no mês de fevereiro de 2013, e agora veio a nova auditoria para avaliar o que foi feito. Depois desse Relatório, meu caro deputado Joaquim, os técnicos do Ministério da Agricultura estiveram junto ao governador do Estado, que assinou os compromissos para que se resolvessem essa situação. Está aqui, todos esses pontos foram assumidos pelo governo do Estado, com prazos inclusive previstos, era como se isso fosse um TAC, meu caro Deputado Mecias de Jesus, um Termo de Ajustamento de Conduta, não é mas acaba sendo. Então, para corrigir o item um do relatório, previsão de conclusão de correção: setembro de 2013; aí vem, em relação aos veículos: outubro de 2013; em relação às questões dos telefones, adequação dos veículos, agosto de 2013; todos eles com prazos assinados pelo Ministério da Agricultura e o Governo do Estado.

- A auditoria veio agora e concluiu a semana passada: zero de pontos cumpridos, zero de correções feitas nessas questões. Aí, entende-se

porque nós continuamos em zona de alto risco e o porque do fechamento da exportação de gado para Manaus. É uma questão que precisa ser enfrentada pelo governo do Estado, urgentemente, porque é a única saída para esse Estado, é o desenvolvimento do setor primário, e se nós não resolvermos essa questão, se nós não fizermos os investimentos necessários na Agência de Defesa, onde quer que tenha que ser feito, nós não vamos sair desse quadro, e o que é pior, agorinha a pouco eu estive no Ministério da Agricultura, Presidente Chico Guerra, e o veterinário, técnico responsável, Doutor Américo, que Vossa Excelência conhece, que morou inclusive lá em Caracará, me disse: Ionilson, o Estado Amazonas, Deputado Gabriel, estava praticamente na mesma situação, o relatório dos dois estados eram praticamente parecidos. O Estado do Amazonas, agora, saiu do alto risco para o médio risco, e agora em março, a auditoria do Ministério vai tirar o Estado do Amazonas para livre de febre aftosa, o que significa dizer que, nem com quarentena nós vamos mais conseguir exportar gado para Manaus, ainda que se resolva algumas questões de forma emergenciais, peça-se outra auditoria, e a gente saia do alto risco para o médio risco. Se ficarmos em médio risco e o Estado do Amazonas, que está em médio risco, for declarado com Estado livre de febre aftosa sem vacinação, nós não vamos mais conseguir exportar pra lá nem deixando o gado em quarentena. Eu concedo um aparte aos meus colegas. Deputado Gabriel Picanço, eu acho que me estendi um pouco, aí a Mesa teria que ser benevolente. Deputado Gabriel.

Aparte concedido ao Deputado **Gabriel Picanço** – Eu queria, para enriquecer o seu pronunciamento, Deputado Ionilson, assim que assumi aqui na Assembleia Legislativa, eu me preocupei com a febre aftosa. Inclusive, eu fiz um projeto, mas como era inconstitucional, transformei em indicação e fui combatido por vários Deputados aqui nesta Casa. Eu não quero citar nomes para não constranger. Eu tenho um primo em Manaus, que é do Ministério de Turismo, que me disse que o meu estado irá ficar prejudicado. Eu fui com o Vice-Governador quando ele era Secretário de Educação e lhe pedi ajuda para o meu projeto para que o Governo do Estado atenda essas deficiências da Secretaria de Agricultura. No outro dia ele mandou a Rosirrayna ir para os jornais. Eu tenho a matéria da Folha de Boa Vista, onde diz que eu não tinha conhecimento nenhum, em referência à febre aftosa. Ela foi infeliz na colocação. E hoje, Deputado Ionilson, o que está ali é a pura verdade. O chefe do posto do São Luiz do Anauá, da ADERR é um rapaz da Vicinal que tem um cargo politiqueiro porque bate esteira para o Governador. Lá tem médico veterinário, tem técnicos agrícolas, que não podem assumir porque eles não batem esteira. A sociedade de Roraima está penalizada. O Parlamento é a Casa onde saem decisões, saem leis. Infelizmente, os colegas não apóiam as coisas sérias. Quando a gente pensa no futuro do Estado, só apóiam imediatismo. Por isso, o senhor, como tem gado vai pagar caro. Infelizmente, os pecuaristas vão pagar caro pelo não lembrança que se investe para o futuro, mas não se investe para o imediatismo. Infelizmente, neste Estado acontece isso. Eu quero me juntar a Vossa Excelência e pedir que pelo menos isso o Governador cumpra. Já que ele não cumpre com as promessas deles, cumpra com o desenvolvimento do Estado, cumpra para livrar a pecuária, a agricultura do caos, da falência, porque o Estado de Roraima, infelizmente está fadado a isso. Então, Deputado Ionilson, era esse o meu desabafo. Obrigado pelo aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Deputado Ionilson, muito obrigado por me conceder um aparte. Eu queria cumprimentar Vossa Excelência, pela sua fala e dizer do tamanho da nossa preocupação. Não só para mim, como criador, mas dos poucos segmentos do Estado de Roraima que movimentam a economia deste Estado.

Veja bem, Deputado Ionilson, eu crio um pouquinho de gado e invisto em alta tecnologia. Eu consigo botar 3,5 a 4% de lucros em cima de um boi ao ano. Vejam quem não tem tecnologia, não tem modernidade, como seria o lucro de um produtor desses. O único mercado salvador que nós temos. Nós não temos outro mercado, o nosso mercado local não comporta hoje o quantitativo do rebanho que nós criamos, que era Manaus. Aí Vossa Excelência traz à tona uma informação dessas, que eu tenho a certeza absoluta que a hora que outros produtores tomarem conhecimento, será um desespero total. O nosso sonho, a nossa esperança no Estado de Roraima, seria nós estarmos livres da febre aftosa e exportarmos os nossos gados aqui para a Venezuela. Todos os meses passam 25 mil toneladas de carne vindo do Estado do Pará para a Venezuela. O mercado consumidor da Venezuela e nós aqui na porta de entrada sem poder fazer nada. É inadmissível; é inaceitável nós convivermos com tamanha incompetência do poder público. Nós temos mais de 10 anos que não é registrado o único caso de febre aftosa no Estado de Roraima. E o ministério, logicamente, com as recomendações, que é uma política não só nacional, mas internacional de combate à febre aftosa, com as suas recomendações mínimas que nós não conseguimos atendê-las.

Eu quero só me alongar mais um pouquinho. Eu tenho certeza que o presidente vai ser benevolente com Vossa Excelência. Veja bem como é difícil produzir neste Estado, Deputado Famarion. Eu tenho uma produção pequena de peixes. Nós vendíamos o peixe para o mercado de Manaus,

que é o único mercado que nós temos, vendíamos a R\$6.50. Sabem qual é o preço que está hoje, a gente implorando? R\$4.50. Eu não sei como nós vamos desenvolver, como nós vamos sair dessa situação tão difícil no Estado de Roraima. Um estado tão promissor. Em todas as campanhas eleitorais o discurso é que a esperança deste Estado é o setor produtivo quem vai desenvolver este Estado. Mas quando nós deparamos com uma situação dessas nos entristece. Às vezes a gente coloca as duas mãos na cabeça e ficamos pensando o que fazer. Parabéns a Vossa Excelência, por trazer uma matéria de tamanha significância para nós. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. – Eu que agradeço. Deputado Erci, antes de conceder o aparte a Vossa Excelência nesse relatório que o ministério enviou previamente as notas que foram apuradas aqui para a delegacia geral. Então, nessa folha de avaliação nós poderíamos atingir 103 pontos no seu total. Para nós íamos para a zona de médio risco, nós teríamos que ter, Deputado Chico Guerra, pelo menos 75. E nossa nota foi 45 pontos. Quer dizer, pouco menos da metade. Então, não muito o que o ministério fazer porque tem que obedecer toda uma legislação. Ou nós fazemos o dever de casa, ou não tem jeito. Porque aqui não tem como dar jeitinho. Tem uma legislação federal que tem que ser obedecida. E esses pontos que estão deficientes têm que ser corrigidos.

Concedo um aparte ao Deputado Erci.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Ionilson, eu considero da mais alta relevância o conteúdo do pronunciamento de Vossa Excelência. Nós fazemos parte de um Estado que territorialmente é insignificante, se comparado com o Amazonas, que é um quase continente. Embora a economia do Amazonas não dependa da pecuária. É sabido que a zona franca é o sustentáculo de Manaus. Mesmo assim, o Estado do Amazonas fez o dever de casa. E nós, cuja vocação sabida por todos, desde criança de colo até o mais idoso dos cidadãos é o setor primário; é a agricultura e a pecuária. Mas lamentavelmente, nos falta estabelecer prioridades. Nos falta, em outras palavras, vontade política para reverter essa situação. Todos nós que fazemos vida pública aqui nesta Assembleia, mais de 50% que os Senhores Deputados são ligados à pecuária e à agricultura. Os nossos governantes sempre dizem no discurso que a agricultura é prioridade. Mas lamentavelmente, nunca foi prioridade na execução de fato dos problemas de governo. Como não fizemos o dever de casa vamos ser penalizados sim. E não podemos nem nos queixar. Temos que admitir nossa culpa, levantar a cabeça e tentar dar a volta por cima. Mas isso vai demandar algum tempo. E representa, então, sem dúvida um retrocesso nos avanços que já víamos obtendo. Nós temos que deixar de atribuir a culpa de nossos insucessos às pressões ambientais. Elas são fortes; são importantes, mas se tivermos uma nova postura, se a própria sociedade pressionar, nesse sentido. Se nós não fizermos o dever de casa, não só nesse caso da pecuária. Se a agricultura e a pecuária não passarem a ser a prioridade de fato deste Estado, não vai haver mais cobertor de orçamento que dê jeito. Nem os planos de cargos, salários e carreiras que aí estão, não haverá lastro para atendê-los. Isto já está acontecendo e se agravará rapidamente, à medida que é evidente que as categorias pressionam. Então, eu acho que cabe a todos nós uma reflexão, no sentido de mudarmos essa postura para ver se o Estado de Roraima saia dessa dependência. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. – Obrigado, Deputado Erci, Vossa Excelência levantou uma questão importante. Isso compõe parte importante da economia do Estado. As categorias estão aí praticamente todos os dias, pedindo de forma justa, a readequação de seus Planos de Cargos e Carreiras. Então, num estado que já vem economicamente numa situação preocupante, como vamos enfrentar as pressões justas dos servidores, de melhoria salarial para essa gente e de melhoria para infraestrutura para o Estado, se nós estamos perdendo economicamente, por uma questão que poderia ter sido vista e que demandava pouco investimento. Bastava ter tido a sensibilidade de olhar essa questão e não se fez.

Vou conceder um aparte ao Deputado Brito e em seguida eu concluo o meu pronunciamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Ionilson, a Polícia Civil está aqui hoje reivindicando direitos merecidos. E, talvez, por não ter obrigação nenhuma de atentar para este fato que Vossa Excelência está trazendo aqui na tribuna. Outras categorias, como a saúde, a educação, que também não tem obrigação nenhuma de atentar para este fato, eles não consigam entender a complexidade que é esta situação que está hoje o Estado de Roraima que está por conta da necessidade de quarentena para exportação do boi para o Estado do Amazonas.

Deputado Ionilson, todo político, e em especial os candidatos do Executivo quando sobem no palanque falam de 20 milhões de pessoas que têm o mercado consumidor da Venezuela, do Caribe, da Guiana e aqui do Estado do Amazonas. Vejam só, se você não consegue cuidar de 450 mil consumidores que está aqui no Estado de Roraima, você pode falar em exportação. Vejam bem, o Estado do Amazonas consome mais de 60%

da carne bovina aqui do Estado de Roraima. E é um dos únicos, senão o único arranjo produtivo que nós temos aqui no Estado de Roraima. O único arranjo produtivo consolidado que gera emprego, renda e a pecuária. Tem um grupo de empresários, sem ajuda nenhuma deste desgoverno que aí está investindo mais de 20 milhões de reais num frigorífico aqui em nosso Estado de Roraima. Não vai conseguir exportar nem para o Amazonas. Ou seja vai ser uma estrutura montada que não vai ter objeto algum, não vai ter serventia, por falta de compromisso do Estado. Ou seja, a classe empresarial fazendo a parte dele, investindo. Os políticos aqui, eu não tenho meia culpa nenhuma nesse fato, Eu venho alertando há anos aqui que estou nesta Casa. O Deputado Gabriel Picanço fez um projeto neste sentido. Alerto o Senhor Deputado Chicão da Silveira, que é produtor de boi. E aqui grandes produtores também de peixe. A piscicultura é um arranjo produtivo para o nosso Estado.

Em 2011 eu fiz uma indicação para a Secretaria de Agricultura, mandei para o Governo do Estado, mandei para a ADERR e falei da necessidade de montar um plano de biosegurança no controle sanitário de toda a cadeia produtiva da piscicultura do Estado. O que vai acontecer com o peixe, eu não quero aqui trazer maus presságios, mas vai acontecer com a agricultura o que está acontecendo com o boi. E aí sabe o que vai valer o peixe aqui? Nada, porque não vai conseguir colocar no Estado do Amazonas. É uma lei clara do comércio. É a grande oferta sem ter procura, vais desarranjar o setor produtivo como um todo, mas as propagandas mentirosas a televisão continuam, são quinze milhões na secretaria de comunicação do Governo e um milhão e oitocentos na Agência de Desenvolvimento Animal, como a ADERR vai cuidar de planejamento, de biosegurança se ela só tem dois milhões e a comunicação com 15 milhões? Essas propagandas do Governo são enganosas e mentirosas. Agora, chega a ADERR com o plano de cargos e salários e consegui junto aos membros da oposição um consenso porque a ADERR precisa agora, porque senão o Estado do Amazonas não irá receber boi e o setor produtivo ficará fraco. O único compromisso que temos aqui, é que a ADERR retire de baixo risco para médio risco, para que o Estado do Amazonas continue comprando os nossos bois que a gente fez um esforço aqui, trabalhamos a manhã toda, saímos duas horas da tarde, voltamos e aprovamos numa sessão rápida lá tarde, foi em tempo recorde. Então, eu me sinto enganado, quando disseram o seguinte: Só é isso que o Ministério da Agricultura precisa para que não retire de quarentena os bois que estão no Estado de Roraima para entrar no Estado do Amazonas, foi esse o compromisso. Não falaram nas outras demandas de maneira alguma. Eles poderiam ter dito, que tinham outras demandas, mas que já haviam corrigido. Porém, disseram que com essa demanda atendida o estado do Amazonas continuaria recebendo a nossa carne. Portanto, Deputado Ionilson, parabéns e conte conosco.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua- Obrigada, Deputado Brito, irei conceder um aparte ao Presidente Chico Guerra e em seguida a Deputada Aurelina. Antes gostaria de dar uma informação, tem quatro milhões e trezentos mil reais no Ministério da Agricultura a disposição da ADERR para defesa animal e vegetal e o convênio inspira no dia 31 de dezembro. E ainda não conseguimos fazer essa captação. O Estado está inadimplente e não pode receber esses quatro milhões e trezentos mil que estão a disposição da ADERR. Nós temos que essa semana nos debruçarmos sobre o orçamento e vamos estudá-lo com mais tranquilidade para que possamos efetivamente atender aquilo que é prioridade com responsabilidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** – Deputado Ionilson, queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que Vossa Excelência vai concordar comigo que eu duvido que o Estado do Amazonas tenha vacinado seu gado todo. Não tem estrutura para fazer isso, a diferença deles para a gente é que eles são organizados, lá tem gestão no órgão que cuida disso, o que não temos aqui. Vossa Excelência sentiu e eu senti conversando com todos os técnicos de lá que são unânime em dizer que falta gestão, falta chegar ao Governador e dizer que falta isso ou aquilo e que se ele não der irá acontecer isso. Mas, o que fazem é dizer sim senhor. Se não tomarmos uma decisão forte de mudar a gestão da ADERR não adianta dar tudo isso porque ela não vai sair do lugar, ela vai ficar patinando, e esses quatro milhões eu sei que vão voltar, não é por conta da inadimplência não, é por falta de competência de fazer bons projetos de aplicação daquilo que eles pediram, que Vossa Excelência viu que a grande maioria é uso indevido de viatura, uso indevido não sei de que, uso indevido, e todo uso indevido é gestão, portanto, fica aqui a nossa preocupação, se nós não conseguirmos arrumar a ADERR, para que ele tinha gestão, nós vamos ficar cada dia patinando e não vamos sair do lugar, vamos ficar cada vez pior nessa situação.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua: - Obrigado Deputado Chico Guerra, com certeza essa questão da gestão da ADERR nos preocupa também. A presidenta, hoje, da Agência de Defesa, a senhora Rosirayna, uma veterinária extremamente comprometida com a ADERR, mas me parece que ela não tem o devido controle da agência porque lá está meio que dividido, deputada Aurelina, inclusive eu ouvi isso, no Ministério

da Agricultura: a Agência de Defesa não vai funcionar porque ela está quebrada, ela está dividida, tem o grupo A, o grupo B e o grupo C e ninguém se entende, então é difícil fazer gestão dessa maneira, tem que arrumar uma cola mil para unir esse povo e que a gente possa, realmente, resolver essa situação, Deputada Aurelina.

Aparte concedido à Deputada **Aurelina Medeiros**: - Eu fiquei rindo porque enquanto tiver gerência política sem se olhar a competência técnica das pessoas não vai ter gestão, não vai ter gestão. Enquanto tiver gente que não sabe nem o que é uma instituição brigando para ser diretor ou presidente não tem gestão, então as pessoas têm que saber a diferença do papel do político, tem que saber que a política está acima disso, e saber funcionar as instituições. Eu ouvi algumas coisas aqui, o Deputado Ionilson já estava falando, mas ouvi falar de falta de apoio da classe produtiva. Eu queria que alguém tivesse coragem de levantar os incentivos dados às classes produtivas na Lei 215, aqui, ninguém para combustível para nada, nem para os carros de donos de fazenda. Se descobriu ainda há pouco que os incentivos da classe produtiva vai até para construir mansão dentro de Boa Vista. A Lei 215 é a Lei que nenhum Estado do Brasil tem e é usada, na maioria dos casos, indevidamente, para a classe produtiva, então não falta apoio, Deputado Brito. Outra questão que eu queria, na hora que vem o instituto de terras para regularizar terras boa parte do que aconteceu era classe produtiva, cada um querendo regularizar dez, quinze fazendas, então tem apoio. O grande problema é a herança, aqui produtor recebe semente, destoca de terra, mas se não tiver dez litros de óleo diesel para arar eles não aram, deixam lá. É o hábito do dar tudo. Convênio do Ministério da Agricultura, nos meus 35 anos de serviço público, quando ninguém era inadimplente, só chega do dia 10 de dezembro para frente, para gastar o dinheiro até o dia 30. Sempre foi assim. Estado inadimplente ou sem inadimplência. Eu já passei por Secretaria de Agricultura, onde a ADERR era departamento. O Dinheiro dos convênios sempre chegam nessas horas. Agora estar preparado para gastar em vinte dias não está, porque uma Lei de responsabilidade fiscal, meu amigo, para licitar um processo, se ele não parar em canto nenhum é quarenta e cinco dias. Então porque não chega o recurso antes? É recurso federal. A Lei da ADERR, ninguém entendeu aqui, ela chegou nessa Casa no dia 06 de dezembro de 2012 e para aprovação aqui, parecia que eu estava criando cargo para colocar gente lá para trabalhar, a ADERR quando foi criada foi passada para ela a responsabilidade de executar política de defesa agropecuária no Estado, só que ela só tem a cabeça, só criaram a presidência e as diretorias e a exigência era essa aí mesmo. Eu preciso ter um posto em cada município, eu preciso ter técnicos lá, eu preciso ter transporte, eu preciso ter telefone, eu preciso ter internet para fazer guia de trânsito de animais, e aqui para a gente aprovar e criar esses núcleos, levamos um ano, também ninguém se interessou de cobrar antes disso. Nós aprovamos debaixo de gritos e de protestos, porque a auditoria já estava aqui, a gente sabia que isso iria acontecer, porque eles foram para o interior e lá eles não encontram o núcleo, lá eles não encontram telefone, não encontram carro, lá não estão emitindo GTA, porque a Lei deles, nós criamos isso, terça-feira, aqui na Assembleia, nem existia e eu estou dizendo porque iniciei dizendo que nós políticos temos que ter muita consciência de que a gente está acima de quem está na frente, de quem está por trás, a gente tem que estar bem acima, então o que aconteceu com a ADERR, eu só estou dizendo isso porque quase a gente morreu aqui para aprovar uma Lei em dois dias, prevendo exatamente isso aí que aconteceu. Nós aprovamos de tarde, o Ministério da Agricultura já tinha ido ao interior inteiro. Retornou no avião de meio-dia dizendo que não encontraram nada. Não encontrou mesmo não, nós aprovamos no dia anterior, então, eu estou dizendo isso porque eu sou do serviço público, minha profissão não é política, eu estou aqui. E a gente tem essa preocupação, eu não sou política profissional, sou médica veterinária de formação e passei minha vida inteira na Agricultura, estou dizendo que a luta da gente e da ADERR, não sei se teria evitado isso aí não, se a gente criasse, talvez tivesse sido implantado, mas eu me sinto culpada por não ter criado. Fui no MAFIR esses dias, e uma cota de abate de uma rês de dez reais no matadouro, dez reais que um agricultor paga, fica lá pendurado para pagar não sei quanto tempo. Era isso que eu gostaria de falar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputado Ionilson, fico feliz que mesmo o senhor fazendo parte da base aliada do governo tenha a sensibilidade de trazer à tona nesta Casa, pois isso faz parte de sua vida, Vossa Excelência sempre se portou com muita coerência. Mas, me pergunto à minha amiga, Deputada Aurelina, por que só criaram a cabeça? De quem será a culpa, da oposição por não ter criado o corpo? Acredito que é do Governo. O Governador está há seis anos no cargo e não percebeu que só criaram a cabeça, não percebeu que isto não está andando. Um convênio assinado por ele, com o compromisso dele de que cumpriria uma série de itens e até hoje não cumpriu nenhum único item. Então, ele não pode colocar a culpa apenas no Plano de Cargos e Salários, até porque se ele for colocar a culpa no Plano de Cargos e Salários, a culpa também

vai ser dele. Por que se o projeto já está nesta Casa há um ano sem votação, é por que o Governo ainda quis que ele fosse votado. Por que quando ele quer, ele manda de manhã um projeto e à tarde já está aprovado. É sempre assim. Quando é para um empréstimo de 100, 200, 300 milhões de reais, o governador dá entrada aqui nove da manhã e à tarde a Assembleia se reúne e aprova. Por que? Por que é de interesse do governador e aí ele liga e diz que quer que aprovem e a bancada governista vem e aprova. Se não apoiou esse daí é por que a bancada governista ainda não foi acionada para votar o projeto. Por que quando o governador quer, ele aprova. Portanto, se a ADERR não está funcionando e o prejuízo não é da ADERR, não é do governador, o prejuízo é da sociedade do Estado de Roraima. O setor produtivo não anda, os servidores públicos do Estado de todas as categorias têm que andar pedindo clemência nos corredores da Assembleia, por que do governo não podem esperar sensibilidade, o setor primário do Estado não desenvolve, estamos em um Estado parado, falido, este governo que está aí Deputado Ionilson é uma fraude, mas nenhum mal dura para sempre, em abril ele sai do governo, acabou. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Cabral – Deputado Ionilson, estava aqui ouvindo seu discurso e ouvindo os Deputados falarem da preocupação com o setor produtivo do nosso Estado e ouvindo Vossa Excelência falar da auditoria que foi feita em 2012, e este ano já estiveram de novo em Roraima e ainda não mandaram o resultado da auditoria de 2013, e nós, estamos nos baseando nos relatórios de 2012 do Ministério da Agricultura sobre as dificuldades do Estado de Roraima e não tenho dúvidas de que o relatório de 2013 vai ser igual ao do ano de 2012. O que não podemos fazer é colocar o carro na frente dos bois, pois, ainda não fecharam o relatório de 2013, esta Casa fez o que foi preciso e necessário para fortalecer a ADERR de Roraima, todos os Deputados votaram e fizeram o que foi preciso para ajudar a desenvolver a produção de Roraima, não tenho dúvida que a gestão ou a organização da ADERR vai começar a trabalhar sim, depois que esta Casa aprovar o Plano de Cargos e Salários ou de estrutura mínima para resolver os problemas do Estado de Roraima. Agora, o que não podemos é ficar aqui ouvindo sobre um relatório que foi feito em 2012, e que Vossa Excelência conhece muito bem. Não tenho dúvidas que o relatório quando vier em 2013 vai ser diferente, não podemos antecipar fatos, pois ainda não temos as respostas do relatório do ministério da Agricultura. Obrigado Deputado Ionilson, parabéns pela preocupação que Vossa Excelência tem com o setor produtivo, sei que vossa excelência ajuda e encampa qualquer causa do setor produtivo desse Estado e dedica seu trabalho às pessoas que vivem e moram no interior.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Obrigado Deputado Marcelo Cabral, gostaria de informar a Vossas Excelências que este relatório é de fevereiro de 2013, o compromisso assinado pelo Governo do Estado também é de 2013, já estive no Ministério agora há pouco e já peguei algumas notas, vou já distribuir cópia a vocês das notas da auditoria atual, que foi embora segunda feira, tínhamos que ter 75 pontos, não sei se vossa excelência estava no Plenário quando falei isso e nossa nota do relatório de agora foi de apenas 45 pontos. Inclusive vai ter uma reunião hoje à tarde, informada pelo veterinário Dr. Américo já para informar que nós vamos continuar na zona de alto risco de febre aftosa, informei isso ao Governo, falei com o Vice-Governador Chico Rodrigues, não falei com o Anchieta por que não consegui, mas liguei para o Sérgio Pillon, para o Senador Romero Jucá, que falou com o Américo por telefone, pedindo ao Américo que explicasse qual é a situação, ao que o Américo disse que o Estado de Roraima continua na zona de alto risco da febre aftosa e se o Estado não trabalhar nós não vamos sair desse quadro. E, o Senador Romero Jucá disse que ia ver o que pode ser feito. Obrigado.

O Senhor Deputado Jânio Xingú – Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, senhoras e senhores Deputados, imprensa aqui presente, agentes de polícia civil, essa classe maravilhosa que combate o crime, delegados aqui presentes, cumprimento as pessoas que já conheço há muitos anos, meu cordial agradecimento por estarem aqui nesta Casa. Dra. Eliane mulher honrada, de fibra, que sempre que procurei me atendeu muito bem e que merece está à frente dessa Instituição.

Senhor Presidente, ninguém nasce odiando outras pessoas pela sua cor, pela sua religião ou pela sua origem. Para odiar é preciso aprender, e se as pessoas podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar. Estou aqui com um projeto das nove categorias da polícia civil do Estado de Roraima, onde Vossa Excelência me designou como relator e o Deputado Chagas como Presidente, Deputado George Melo, Deputado Soldado Sampaio e Deputado Marcelo Natanael como membros e não poderia deixar de vir a esta Tribuna diante de uma categoria nobre que estão aqui para ouvir algo e não podemos deixá-los sair daqui sem falar nada, seria um ato no mínimo irresponsável. O processo da Polícia Civil, das nove categorias, está em minhas mãos. Deputado George Melo e foi quase um ano de negociação, o sindicato não falava com o palácio, o palácio não falava com o sindicato, o Nilton não

falava com o Governador e o Governador não falava com o Nilton e era um verdadeiro apartheid como houve na África e eu comecei a falar com o Governador para que uníssemos as polícias para que a sociedade pudesse sair ganhando, por que os delegados são homens e mulheres de bem, mas não fazem segurança sem os agentes e naquele momento, lembro-me muito bem e aqui quero abrir meu coração e dizer que esta Casa não tem nada contra delegado ou contra outra categoria qualquer, tudo que veio a esta Casa a mando do palácio nós aprovamos, nunca votei contra nenhuma categoria, portanto, não posso ser sacrificado por alguns poucos que querem me jogar contra a imprensa, contra quem quer que seja, mas sou um homem de muita fé e de muita coragem, me elegi Deputado andando na paralela, andando sozinho, quem conhece minha história sabe disso, tenho medo da desonra mas nunca da morte. Quero aqui registrar o momento em que o Governador me chamou para ir à Rorainópolis de avião com ele e no avião ia eu, ele o Prola e o piloto e disse a ele que devíamos unir essas categorias, pois há nove anos eles esperam isso. O governador suava e olhava para mim parecia que o avião ia cair. Quando chegamos à Rorainópolis ele entrou no carro e aí já fui para o banco de trás por que a conversa não tinha sido agradável. Como não sou de desistir, voltei a falar com ele dizendo que nós precisávamos unir esta classe e dar a promoção dos agentes das nove categorias e ele fazia de conta que nem me ouvia. Um dia ele me ligou e pediu que fosse a casa dele e me pediu para começar a trabalhar no assunto. Então, procurei o Nilton e pedi a ele que começasse a trabalhar nesse assunto. O sindicato fez um grande evento lá na AABB, tinha mais ou menos umas setecentas pessoas e ninguém acreditava que o Governador iria e eu afirmava que ele iria sim pois, ele tinha combinado comigo de ir lá. Ele foi, e foi uma grande festa, emotiva onde pessoas choravam, onde setecentos pais de família se aproximaram do governo para adquirir uma coisa que é um direito seu. E aí, se alguém acha que não fiz nada na vida de importância, já me dou por satisfeito se chegar até o final com as coisas que defendo. Quero dizer às nove categorias, aos membros da Comissão, ao Presidente desta Casa que o meu relatório está pronto e é pela aprovação. Não poderia me acovardar diante de um fato desse e quero olhar nos olhos dos delegados e de alguns que conviveram comigo. Sou um homem desprovido de vaidade, de maldade e de qualquer coisa que vocês possam imaginar. Nunca tive nada contra vocês, nunca. Convivi com a Cândida, o Egidio, que me conhece há mais de dez anos, o Olegário que é filho do delegado geral que é meu amigo, mas não poderia jamais me afastar de um processo que vai beneficiar setecentos pais de família, simplesmente por um desentendimento ou por uma ameaça que a gente não sabe de onde veio e até pode ser resolvido. Agora, saibam de uma coisa senhores delegados, vocês têm o dever de ofício de nos proteger e eu sou parte dessa sociedade. Quero terminar meu discurso dizendo que sou um homem de entendimento, que quando erro, sei voltar atrás, não sou de dar ré, mas quando estou errado e provam que estou errado, também fico de pé. Deputado Chico Guerra sempre fui e sempre serei um grande amigo do Governador, nunca fiquei em cima do muro por que não sou gato e não sei andar em cima do muro. Estou pronto para ajudar qualquer classe seja ela qual for, a saúde, a educação, a polícia militar, os delegados e os agentes. Gostaria de dizer que meu relatório está pronto e quero pedir aos meus pares que votemos o projeto para darmos esse presente de natal a essa categoria, a essas pessoas, pois já se foram nove anos nessa luta. Para finalizar digo que na trilha de um grande homem há grandes pedras, mas lembrem-se de uma coisa, que os covardes podem até chegar a algum lugar, mas eles nunca escreverão o nome deles na história como um grande homem. Obrigado.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, quero primeiramente agradecer a Deus, por que provavelmente sem ele nada disso estaria acontecendo, sem ele, nossa existência seria impossível. Gostaria de cumprimentar os servidores desta Casa, talvez esse seja hoje o último discurso desse período por que devemos entrar em recesso, se assim for a vontade do Presidente e dos demais Deputados. Minhas senhoras e meus senhores, imprensa aqui presente e em especial aos policiais civis e aos delegados de polícia. Senhor Presidente confesso a Vossa Excelência que hoje com certeza é o melhor momento para esta Casa Legislativa, só depende de nós, e vou aqui pegar apenas o sentimento do Deputado Xingú, com quem conversei muito durante esses dias até pelo meu sentimento de dever cumprido em procurar qualquer Parlamentar desta Casa para ver uma classe unida e uma sociedade não prejudicada. Esse é o meu papel para com a sociedade. Vou fazer um pequeno relato para que amanhã ou depois não venham dizer que estou defendendo apenas uma classe, por que meu desabafo também vai ser grande, e doa a quem doer. Quando cheguei aqui, há pouco mais de dez meses, elaborei e enviei várias proposições, uma média de doze projetos em um período de dez meses. Gostaria de citar um de suma importância que acredito ter sido uma grande astúcia de minha parte, um projeto já criado pela Câmara Federal, pelo Senado e por nove Estados dessa federação, que é a PEC do voto aberto e acredito que o Estado de Roraima não pode ser diferente no que diz respeito

ao voto aberto. O Parlamentar tem que votar aberto sim, o cidadão já nos dá uma procuração em branco por quatro anos para representá-lo e por isso o Parlamentar deve votar aberto para que o povo saiba qual seu posicionamento, para saber se ele é “sim” ou “não” quando o assunto é de interesse do povo. Tem um projeto também que trata da igualdade racial, para que ninguém passe pelo constrangimento de ser discriminado pela cor da sua pele. Tem também a Moção de Aplauso para o grande senhor do Apartheid, Nelson Mandela. Projeto de liberdade de religião, pois não aceito que uma pessoa seja discriminada pela fé que professa, por ser católico, evangélico ou qualquer outra religião. Projeto dando o direito de assento diferenciado para pessoas obesas, pois quando chegamos ao banco ou a qualquer repartição pública, tem assento e prioridade para deficiente, idosos e gestantes, mas não tem para o obeso. Projeto audiovisual para transmissão/tradução simultânea da programação de TV para deficientes visuais e auditivos. De todos os meus projetos, só dois estão esperando aprovação, um é a PEC do voto aberto e o outro é o projeto de criação da semana nordestina e a criação do espaço nordestino, solicitação feita através de requerimento assinado por seiscentas pessoas para que se crie o CTN – Centro das Tradições Nordestinas e cearense que sou de nascimento e rorainense de coração, temos que aprovar o projeto. Desafio qualquer pessoa que diga que votei contra a alguma categoria nesta Casa, aqui fui um grande articulador com o Deputado Soldado Sampaio para o aumento da polícia militar, fui participante direto da greve dos policiais militares. Participei das negociações e promoções do corpo de bombeiros, da saúde, da educação, dos enfermeiros e até mesmo da manifestação pedindo a CPI das Terras. Nunca demos as costas a ninguém, tudo isso sendo da base do Governo. Na época do Governo Ottomar, fui convidado a sair da greve dos policiais civis e não me retirei, fiquei até o último dia, nunca arredei o pé. Sendo da base do Governo como sou, digo a ele que sou da base do governo desde que meu voto seja para o bem da sociedade, se for contra me posiciono, não fico em cima do muro. Quero finalizar dizendo que vocês estão de parabéns com o relatório do Deputado Xingú, vocês viram meu posicionamento quando estiveram aqui, os policiais civis e os agentes carcerários. Ainda ontem, alguma dúvida que surgiu, eu, Deputado Xingú e Deputado Dhiego, procuramos os delegados e nos reunimos para solucioná-la e esclarecê-la. Meu amigo Adriano me procurou e falei a ele que o certo era pedir uma reunião com o Presidente desta Casa e imediatamente fomos à presidência e o Presidente os recebeu muito bem e se me permitem, vou mais além, na reunião vimos que os delegados são a favor do projeto da polícia civil sim, nunca foram contra, está na hora de acabar com esse disse me disse de que a classe é desunida, pois não é verdade, vocês podem se unir em uma única classe forte, pois não tem ninguém aqui contra o projeto de ninguém e quem ganha com isso é a sociedade. O Deputado Xingú disse que não tem delegado se não tiver o agente, e eu completo seu pensamento Deputado Xingú, não tem agente se não tiver o delegado. Queria pedir as Vossas Excelências e ao Deputado Xingú como fizemos com a enfermagem cujo projeto vai vir para cá, como o projeto da saúde, como os demais vão ser, como o relatório de Vossa Excelência que ora apresentou aqui neste Plenário que foi favorável a esta classe que merece, pois, são pais de famílias dignos e trabalhadores que merecem esse reconhecimento, pois são vocês que arriscam suas vidas para salvar as nossas. Por isso peço a vocês não levem em conta essas intrigas, estamos no Natal, época de confraternização, estou feliz com o resultado deste ano e vou ficar mais ainda. Participei da CPI da telefonia onde fizemos um bom trabalho juntamente com o Deputado Chagas, fomos a imprensa, falamos e divulgamos os resultados da CPI. Não participei da Comissão à qual o projeto dos policiais civis faz parte, mas independente de ser presidente ou membro, se não fizesse nem parte, o meu dever é procurar ajudar no que for possível para termos uma sociedade mais justa e digna. Já que temos o relatório favorável aos policiais civis, peço a todos que dêem um presente de natal para os delegados aprovando também seu projeto para juntos ficarmos todos felizes, pois aqui não há classes diferentes, nem A nem B, nem apartheid para separar uma classe que convive mais tempo uns com os outros do que com a própria família.

Aparte concedido ao Deputado Jânio Xingú – Deputado Ivo, quero lembrar a Vossa Excelência que nas grandes histórias do mundo ela foram feitas por homens e mulheres de coragem, na época em que procurei o Governador, o sindicato dos policiais civis era como um leproso que ninguém queria chegar perto, era declarado que o Governador não gostava deles, então, queria dizer a Vossa Excelência que o Deputado Chagas teve uma grande influência nisso, sempre nos ajudou na Comissão, é preciso reconhecer que ele faz um trabalho belíssimo aqui nesta Casa, ele sugeriu que a polícia militar também pudesse ser agraciada, e vai ser por que merece, pois são homens e mulheres que fazem a segurança desse Estado há trinta anos e estou pronto para ajudá-lo nessa empreitada e gostaria de dizer que se eu não tivesse tido a coragem de enfrentar o Governador naquele momento, se não tivesse ido para cima nada disso estaria acontecendo, nem sequer estaria sendo discutido isto aqui neste momento. Portanto, a vida é feita de

atitudes, foi a minha atitude que levou a esta discussão, possa até ser que muita gente não reconheça, mas não tenho dúvidas que as famílias que irão receber a sua promoção, que vão dar dignidade aos seus filhos, vão lembrar que o Deputado Xingú teve a coragem de enfrentar uma coisa polêmica em prol de setecentos e cinquenta famílias. Obrigado.

O Senhor Deputado Ivo Som continua – Peço a taquigrafia que anexe o aparte do Deputado Xingú ao meu pronunciamento. E, não tenho dúvidas Deputado Chagas, que o que vier para esta Casa sobre a polícia militar e o corpo de bombeiros terá o senhor como defensor dos policiais e bombeiros. Já vi brigas aqui dentro com a Deputada Aurelina e com os demais Deputados em defesa não só da PM e dos Bombeiros, mas de todas as classes desse Estado. Não tenho dúvidas disso, ontem Vossa Excelência mais uma vez falou que seria a favor do projeto e sou testemunha disso. Quero agradecer a sua colaboração, coragem e determinação em deixar os anseios da sociedade entrarem nesta Casa como nunca foi feito antes da sua gestão. Parabéns por ter recebido os representantes desta classe tão sofrida, esse é o papel legítimo de um Presidente. Gostaria de finalizar dizendo para os policiais civis que eles podem contar com este Deputado e com esta Casa a qualquer hora, essa aqui é a Casa do povo, já vieram aqui a ADERR, a PM, os Bombeiros, a Saúde e pode vir qualquer cidadão de bem que será bem recebido. Podem ter certeza que se colocarem o projeto de vocês para votar, vou votar aberto para toda a sociedade saber do meu sim ao projeto dos policiais civis e da mesma forma votarei se o projeto dos delegados entrar na pauta também. Feliz Natal a todos e um Feliz Ano Novo e acreditem que uma classe unida jamais será vencida. Feliz 2014. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, caros colegas parlamentares, servidores dessa Casa, amigos da Polícia Civil, onde tem muitos companheiros antes mesmo de sermos policiais e depois, muitos outros já como profissionais da segurança pública.

Não poderia, Senhor Presidente, de fazer uso da palavra tendo o nosso plenário tomado por aqueles que fazem a polícia judiciária do nosso Estado, que fazem da nossa polícia civil uma polícia que tem o maior índice de apuração especificamente dos crimes contra a vida, chegando a mais de 80%, tem Estados que não chegam nem a 10% da elucidação dos crimes dolosos contra a vida. Então, eu não poderia jamais deixar de manifestar diante de uma plateia tão distinta e que fazem uma instituição que prestam um grande serviço a sociedade rorainense. Até porque nos últimos dias, aconteceram fatos em que tivemos o nome citado e fizemos apartes e em alguns pontos até mal interpretados, não sei de má fé ou não, por uma parte da mídia desse Estado, mas quem me conhece sabe como sou, sabequal é o meu norte e qual a minha postura. Esses fatos com certeza vão se esclarecer devidamente como já está sendo feito.

Mas, eu queira aqui Presidente fazer um relato dessa luta da Polícia Civil, do que vem acontecendo desde de 2004 e parte dela acabei vivenciando como Secretário de Estado da Segurança Pública.

Em 2007 fui nomeado secretário e me deparei com a questão da progressão dos servidores das carreiras da polícia civil e uma das minhas primeiras providências foi mandar reunir o conselho superior de polícia e passar a missão para que elaborasse o Projeto de Lei que eu me comprometia fazer chegar à Assembleia. Pois eu fiquei um não lá e sai de lá e os delegados, os compunha o conselho superior de justiça não chegaram a um entendimento.

Por quê? Por que os interesses eram os mais variados, tinha um integrante que queria que fosse requisito o tempo que ele serviu como bancário, o outro queria o tempo que ele tinha tido como militar das forças armadas, o outro que o curso tal também contasse pontos e o outro não concordava, fizeram diversos esboços e não fizeram o projeto e isso foi um dos pontos preponderantes para que acontecesse Doutor Paulo André, o atraso na promoção da categoria. Isso foi o principal ponto, não havia entendimento nas lideranças da polícia civil. Passou-se o tempo e para minha surpresa, em 2008 mandaram um projeto para melhorara remuneração e o fizeram apenas para uma das carreiras. Isso fez com que acontecesse um distanciamento entre os que comandam a instituição e os restantes das carreiras. Liderar é servir. Quem está num cargo de gestão tem que colocar na cabeça que liderar é servir. Não é ser servido. Essa divisão hoje na polícia civil, se dar por isso, porque alguns que por lá passaram pensaram em ser servidos e se preocuparam apenas com a sua situação, e os desentendimentos começaram acontecer e perduram até hoje, eu quero crer que nós vamos chegar a um dia num entendimento. Mas depois de eleito Deputado, eu recebi o Nilton por diversas vezes, alguns outros membros da categoria, recebi Delegados para discutir a promoção e não conseguimos um entendimento e acabou de vir para cá o projeto para a promoção de uma carreira Deputado é Reinaldo e na proposta havia também a possibilidade de nós criarmos mais 16 cargos de delegados da Classe , e seria aprovado por essa Casa, só não foi porque existe uma questão que o cargo é ligado a função. Para você criar cargos, você tem que dizer qual é a função daquele cargo, e nós defendíamos, como de fato tem que ser, isso é direito administrativo que os cargos da classe

especial, classe D, e sendo aprovado o projeto que manda para cá, cada um dos 36 cargos tinha uma função. Primeiro cargo Delegado Geral, segundo cargo Delegado adjunto, terceiro cargos Corregedor e assim vai, até os titulares de delegacia, que estavam justificando para criar mais cargos. E que os delegados promovidos a esses cargos ocupassem essas funções, que fossem exercer a função para evitar Delegada Cândida, que de repente a gente tivesse 36 Delegados promovidos e os 36 na capital, e as funções para qual eles foram promovidos para exercer sendo executado por outros delegados. E aí a proposta estava feita com amplo apoio aqui Casa, mas alguns delegados articularam e pediram para retirar o projeto, porque fariam depois decreto para promover só 20 delegados e eles sabiam que estariam entre os 20 porque eles fariam as regras através de resolução enfim, encaminhariam para o governador e o Governador foi enganado nisso. Por isso que apenas 20 são da classe D, porque alguns só olharam para seu umbigo, senão, nós estaríamos desde aquela época, há mais de ano 36 Delegados na classe D trabalhando, e muitos outros na classe C, talvez nenhum na classe B, alguns com medo de que tivesse que trabalhar no interior, porque alguns nunca realizaram inquérito, sempre em funções fora da polícia civil ou lá na secretaria de segurança pública, tinham receio de que poderiam ser designados para trabalhar na delegacia e presidir inquérito no interior. Então, por isso, que hoje tem apenas 20 delegados na classe especial, porque um grupo de 4 ou 5 recuaram e fizeram através de decreto questões que tem que ser decidida por lei complementar, não é nem lei ordinária, carreira, é lei complementar para evitar que se coloque lá requisito para ser promovido, para somar ponto, por exemplo, questões diversas para poder trazer de repente o delegado mais moderno da polícia civil, virar delegado da classe D, e foi o que aconteceu.

Então, esse tipo de coisa tem que ser definido pelo Poder Legislativo, a Constituição é soberana e estabelece isso, não pode ser por decreto definir requisito para promoção, mas tem um projeto aqui na Casa, agora para consertar aquilo que meia dúzia de quatro ou cinco fez com os outros colegas da categoria e pode ter certeza que vai ter o meu apoio. Dei meu apoio. Nós vamos fazer justiça na polícia civil, mesmo que tardia, mas não foi culpa desse poder não, foi interesse de 4 ou 5 como falei. Aliás eu falei isso ontem, em viva voz para o Deputado Ivo Som, e acho que tinha alguns Delegados juntos, mas antes eu peço aos Senhores Delegados que façam o seguinte entendimento, a categoria foi promovida bem ou mal, mas eu acho que não tem nenhum delegado na classe A, as demais nobres carreiras não foram promovidas, deixe a gente fazer essa justiça com as demais carreiras, eu assumo esse compromisso aqui, sou o relator do projeto de vocês, de me aprofundar nisso dar a maior celeridade possível, mas antes deixa a gente tratar desse ponto, porque vocês já tiveram a promoção de vocês. Nós demos aumento para vocês. Demos aumento intercalados.

Então essa Casa tem o maior respeito por toda categoria, mas nós precisamos fazer isso primeiro, porque se essa Casa votar agora esse projeto de vocês, antes de votar o projeto deles, nós não estaremos fazendo justiça, eu vou me sentir mal como qualquer um de vocês que estivesse aqui nessa Casa, como qualquer um dos Deputados não iriam se sentir bem. A gente entende a ansiedade daqueles que não foram promovidos ainda, alguns até acho que levaram, como diz na vida militar, quando um passa na frente do outro a gente diz que levou uma carona injusta, enfim, a gente entende, mas vamos tratar disso, eu me comprometo com vocês e quero aqui fazer justiça a atuação de um Deputado. Deputado Jânio Xingú, foi fundamental para fazer essa aproximação da categoria com a equipe de governo. Ele buscou, muitas vezes eu testemunhei isso, porque havia um desentendimento provocado por alguém que tinha interesse nesse desentendimento, porque havia alguns que viram que a farinha era pouca e pensaram em fazer o seu pirão primeiro e era interessante de repente levar, fazer fofoca, fuxicos para induzir o governo ao erro e não receber a categoria. Então, a atuação do Deputado Xingú foi importante para buscar essa aproximação da categoria com as demais nove carreiras para que o Governador e a equipe econômica recebesse essa categoria, enfim.

Então, Deputado Xingú, meus parabéns pela sua atuação. Tenho certeza que essa categoria vai saber reconhecer o seu esforço e a sua articulação política. O demais que acontece Senhor Presidente, são resultados de pressões de ansiedades, às vezes não nem é ataque, são mal entendidos, às vezes um fuxico que trazem para você meu caro colega, ou que levam daqui para lá, todo mundo em busca dos seus interesses. Eu acho que essa Casa aqui tem que ter serenidade, votar os projetos dentro da responsabilidade, dos comprometimento com o gasto com o pessoal e eu tenho certeza que assim fazendo, nós vamos fazer justiça a essa instituição que eu tenho um carinho muito grande e todos os Deputados aqui têm.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Zé Reinaldo**: – Obrigado, Coronel Chagas, eu procurei ficar atentamente ouvindo a todos os membros dessa Casa que usaram essa tribuna, hoje, para esse debate democrático, onde eu estou de volta há poucos dias. Vossa Excelência estava aqui quando eu cheguei e fiz o meu primeiro pronunciamento. Foi tão rápida essa minha chegada que muitos amigos ainda nem sabem onde eu estou, me procuram

na Codesaima, eu não estou na Codesaima, uns já pensam que eu estou aqui, então, de uma certa forma, eu acho que Deus me deu dois grandes presentes: um de me trazer ao convívio do Poder Legislativo, o Poder que decide, de forma responsável, como organizar a vida em sociedade; o segundo foi de poder participar desse debate aqui, hoje, o que está sendo feito nessa Casa. Eu disse ali, Deputado Chagas, e citei o artigo 5º da Constituição, Vossa Excelência estava presente, e em especial a uma palavra, dentro de tantas outras, que é um direito do cidadão adquirido constitucionalmente, o direito da igualdade, direito esse, que não era mais admissível, classes viverem em rosário, em busca de apoio do Poder para regulamentar as suas condições de prejuízo de ambos os lados. De um lado, cumprimento aqui os delegados, posso citar nomes de vários, desde o Juracy, lá do 5º distrito, que passa noites viradas sem dormir, ao Adriano, ao Márcio, ao Tendeles, ao Sena, ao ex-Delegado Geral, que estivemos juntos dias afóra. Não posso dizer que sou amigo, porque amizade é uma palavra muito profunda, ela precisa de convivência, eles buscam dentro de sua necessidade, para que lá no final da sua carreira, esse equilíbrio que está tão distante é o que está democraticamente sendo buscado hoje, mas eu disse também que não era admissível, olhar para os médicos e esquecer dos enfermeiros, e aqui está no meio, a categoria que ontem estava acampada de frente à PROGE, e agora estão na frente do Palácio. Não se pode melhorar a vida de alguns em detrimento de outros, não se pode dar mais para o João e tirando do Pedro. Não se pode pensar somente de uma forma esquecendo nessa discussão democrática, de direito adquirido de todos, que também temos que, com responsabilidade, como Deputados, dar a nossa contribuição para que essa situação entre em equilíbrio, mas que não seja esquecida a categoria que está ao nosso lado, à esquerda de frente e à esquerda de quem está de costas, que são os agentes que vão para a rua, junto com suas condições de trabalho, enfrentar, como também vão os delegados. Essa é a importância desse trabalho, o que nós fizemos hoje, aqui, ficará marcado na história dessas pessoas. Da forma que nós decidimos é como elas irão viver o amanhã, e nós não podemos deixar de fazer com que o nosso maior objetivo seja o equilíbrio. Deputado Coronel Chagas, e isso eu quero, em nome do Governador Anchieta, dizer que ele não está de costas viradas para esse problema, de forma alguma, ele está acompanhando a cada minuto o que está acontecendo nessa Casa, e quero defender, aqui, porque as ausências, elas permitam que as pessoas sejam atrevidas. Eu quero defender o vice-Governador Chico Rodrigues, porque já foi dito por aí que o vice-Governador se reuniu com alguns Deputados para dizer que votassem contra os delegados e isso não é verdade. Eu não posso permitir, como ele também está, agora, lutando para que esta Casa consiga, dentro desses Projetos de Leis que tramitam aqui, regulamentar a condição de vida dessas pessoas através dos direitos que eles buscam e que nós possamos dar, dentro do menor prazo possível, mas de uma forma responsável, coerente, discutida como Vossa Excelência vem tratando. Hoje não é o lado político, a política é em 2014, hoje são pais e mães de famílias que estão aqui esperando uma resposta daqueles que eles elegeram para estar representando o povo do nosso Estado. Então, eu quero finalizar me associando ao sentimento daqueles que lutam pela igualdade das classes. Era esse o meu discurso, obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua: – Deputado Zé Reinaldo, Vossa Excelência chegou a poucos dias, mas já é um, já foi parlamentar nessa Casa e na Câmara dos Vereadores é um político experiente, e a sua contribuição vai ser decisiva para que a gente busque um entendimento na discussão e na votação desse Projeto, concedo um aparte ao Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo: – Deputado Chagas, eu quero parabenizar Vossa Excelência pela sua forma clara de demonstrar que esse Poder Legislativo, ele é um Poder independente. Eu faço parte da base, sou líder do Governo e essa independência, embora alinhada, nós sabemos que essa Casa tem que ter responsabilidade. Se nós estamos vivendo um caos, hoje, de duodécimo no final do mês para os Poderes, inclusive para o próprio governo do Estado honrar seus compromissos, ainda há pouco na fala do Deputado Ionilson estava se falando de investimento, e hoje esta Casa está vivendo isso, é importante que a gente entenda que é legítimo a atuação das classes, é legítima a pressão, agora, se nós vivemos em um Estado democrático nós temos que compreender que nós não podemos de maneira nenhuma nos sentirmos diminuídos por uma classe que é mais bem remunerada e uma classe que tem os seus rendimentos perto da margem até menor que o salário mínimo. Eu acho que, aqui, nessa Casa nós temos que ter a responsabilidade de ouvir e fazer o juízo que tem que ser feito, ora, nós vamos agradecer Deputado Chagas, ora nós vamos desagradar, e Vossa Excelência fez uma fala, hoje, extremamente responsável, eu, líder do Governo, quero deixar registrado o meu respeito pela sua sinceridade. Quem ouviu atentamente pode perceber a sua responsabilidade, o seu ato sincero na manhã de hoje. Então, eu compreendo que, embora, nós temos colegas aqui que vão, também, fazer

fofoca de ficar com categoria e dizer: olha você tem que apertar aquele Deputado porque ele é frouxo, aquele porque ele é isso, aquele, então isso vai acontecer. Isso acontece na categoria dos agentes civis, do pessoal da saúde, dos delegados, acontece, toda grande categoria tem isso. Agora a gente tem que ter a maturidade de entender que existem pessoas, também, corretas, pessoas equilibradas e pessoas ponderadas, essas pessoas na hora do debate, na hora da discussão, são elas que, realmente, contribuem para a discussão. Essa coisa do submundo, isso não ajuda em nada, e eu quero me congratular com a sua fala, e dizer que eu tenho um orgulho de ser seu parceiro nessa Casa, e dizer que Vossa Excelência tem demonstrado ser uma pessoa reta, que fala aqui o que fala lá. Eu não poderia deixar de registrar isso nesta manhã de hoje. Muito Obrigado e bom dia.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua: – Obrigado Deputado George Melo, não é atoa que Vossa Excelência é o líder do governo nessa Casa, por sua facilidade de síntese e entendimento de forma bastante franca com que trata os assuntos de interesse da sociedade roraimense que tramitam nessa Casa. Concedo o aparte ao Deputado Joaquim Ruiz.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**: – Deputado Chagas, por toda a sua experiência na área de segurança, Vossa Excelência que foi secretário de segurança do nosso Estado, eu quero na mesma linha, parabenizar o seu discurso neste plenário, colocando pontos que no passado acabaram criando problemas e divergências em alguns setores da área da segurança pública, mas eu quero lembrar, Deputado Chagas, que eu sei que aqui atrás estão delegados, estão agentes de saúde, e que fazem a segurança do nosso Estado. Nós temos outra parte que faz a segurança da nossa saúde que são os agentes de saúde, os técnicos de saúde, os enfermeiros que trabalham na UTI, que estão precisando de uma resposta para resolver os problemas deles, e aguardando que entre, nesta Casa, o Plano de Cargos e Salários. Eu, Deputada Aurelina, e alguns outros Deputados, outros parlamentares, incluindo Vossa Excelência, estamos juntos para que a gente busque não só resolver os problemas dessas classes que estão aqui presentes, mas resolver, também, um problema que se arrasta há mais de dois anos e meio, que é a situação dos nossos profissionais da área da saúde. Eu quero, neste momento, incluir no seu discurso esse apelo para que a gente busque, antes de aprovar o Orçamento, como foi combinado e compromisso assumido, de resolver o problema da saúde do nosso Estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua: – quero agradecer seu aparte, Deputado Joaquim Ruiz, parlamentar experiente, um político experiente, e com certeza contribui muito.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú**: – Deputado Chagas, hoje, na convivência que nós temos com as pessoas, a gente vai vendo os valores delas, as qualidades, os defeitos. Eu quero dizer, desprovido de qualquer tipo de vaidade, Vossa Excelência é um dos Deputados, desse Poder, que tem coerência, tem posicionamento, quer seja aqui no Plenário ou na frente do governador. Isso tem me conquistado, nessa batalha Vossa Excelência nunca deixou de estar perto de minha pessoa, e tem coisas, Chagas, na vida que serve para alimentar a nossa alma e o nosso coração. Quem não tem gratidão não tem caráter. Você é um homem grato, tenho certeza que as suas conquistas nesse parlamento vão ser de extrema relevância, e se nada acontecer de errado, quero eu aqui dizer que Deus vai te proteger como vai proteger a mim, dia 1º de janeiro de 2015 eu vou chorar porque nós vamos estar juntos, aqui, tomando posse.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua: – Obrigado Deputado Xingú por suas palavras, Vossa Excelência que tem sido um defensor incansável da categoria que, hoje, lota esse Plenário, mas eu quero encerrar minhas palavras, Deputado Chicão, Vossa Excelência que está dirigindo os trabalhos, dizendo do nosso compromisso em votar o Projeto de Lei da Polícia Civil, o Projeto de Lei do subsídio da PM e do Corpo de Bombeiros, o Projeto de Lei dos servidores da saúde. Nós vamos votar isso, nós estamos trabalhando para isso. Todos os Deputados dessa Casa tem esse compromisso, a gente ouve de cada um, a gente conversa com cada um indistintamente, e com certeza nós não vamos encerrar nossos trabalhos, aqui, enquanto isso não acontecer. Enfim, eram essas as palavras. Eu gostaria muito, nós temos aqui, pelo menos uns vinte, trinta delegados; nós temos, aqui, diversos agentes, escrivães, peritos, enfim, que a polícia civil se unisse, porque se vocês divididos como estão, colocam a polícia civil num patamar lá em cima, a nível nacional, eu imagino se vocês dessem as mãos e trabalhassem juntos nessas questões da categoria. Eu ia achar muito bom, ver aqui, os delegados apoiando projetos das demais carreiras, vocês que conduzem a polícia civil. É isso que nós queremos, mas isso nós não víamos, agora estou vendo. Vamos unir, vamos dar as mãos, delegados a seus colegas de polícia, e demais também nos projetos dos delegados, que com isso ganha a instituição, ganha a sociedade, ganha todo mundo. Buscando o entendimento. É isso o que nós buscamos. Muito obrigado a todos, bom dia e que Deus nos ilumine e guarde.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Passaremos para a

Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder a verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Ivo Som) – Senhor Presidente, não há quorum regimental.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo quorum regimental para deliberação da pauta da Ordem do Dia, transfiro a matéria para a próxima Sessão.

Passaremos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – para tranquilizar todas as categorias: da Segurança, saúde... não tem como votar o orçamento sem resolver o problema de todos os PCCS, eles estão sendo analisados, tem a lei de responsabilidade fiscal, então, o orçamento não será aprovado sem resolver esses problemas, nem que a gente vá para o dia 25, 30, 31.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – só quero convocar os Deputados: Coronel Chagas, Sampaio, Remídio e Diego para a instalação da Comissão Especial Interna, criada a través da Resolução 054/13.

O Senhor Deputado Ivo Som – quero fazer jus as palavras do Deputado Joaquim Ruiz e reportar-me as classes presentes aqui que nós só vamos entrar de recesso depois que aprovarmos os referidos projetos.

O Senhor Deputado Zé Reinaldo – quero aproveitar também para cumprimentar o Delegado Maurício... por determinação do Governador, nem que vire janeiro, mas enquanto não forem votados os projetos que tramitam nesta Casa a gente não entra em recesso.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Regimentalmente até 31 de dezembro nós temos que fechar o ano.

A Mesa Diretora felicita as Funcionárias Gizelda e Vânia pela passagem de seus aniversários. Que Deus lhes conserve tão dedicadas e pacientes.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 26, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jânio Xingú, Jalser Renier, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada Ata Sucinta em: 26/12/2013

## ATAS SESSÕES PLENÁRIAS - EXTRAORDINÁRIAS

### ATA DA SEXCENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às quinze horas do dia seis de janeiro de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima quadragésima quinta Sessão Extraordinária do quadragésimo sexto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, a Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalser Renier**, proceder à leitura do Requerimento nº 001/14 assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo a urgência urgentíssima e a realização de Sessão Extraordinária no dia seis de janeiro do corrente, às quinze horas, para discussão e votação, em turno único do Projeto de Lei nº 001/14 que “Dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações – PCCR dos servidores profissionais e trabalhadores de saúde do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria governamental. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, a Senhora Presidente declarou aberta a Sessão solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, a Senhora Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 001/14. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado com emendas por unanimidade dos Deputados presentes. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente, declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jânio Xingú, Jalser Renier, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada em: 08/01/2014



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RORAIMA  
***A Força do Povo***

A Força do Povo  
DO ESTADO DE RORAIMA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO**

